DOCUMENTOS Nº 332

ISSN: 0100-8986 (impresso)
ISSN: 2674-9521 (*on-line*)

Janeiro/2021

BOLETIM AGROPECUÁRIO

Epagri CEPA Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

GOVERNO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Governador do Estado
Carlos Moisés da Silva

Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural
Altair Silva

Presidente da Epagri
Edilene Steinwandter

Diretores

Célio Haverroth
Desenvolvimento Institucional

Giovani Canola Teixeira
Administração e Finanças

Humberto Bicca Neto
Extensão Rural e Pesqueira

Vagner Miranda Portes
Ciência, Tecnologia e Inovação

Epagri
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ISSN: 0100-8986 (impresso)
ISSN: 2674-9521 (*on-line*)

DOCUMENTOS Nº 332

Boletim Agropecuário

Autores desta edição
Alexandre Luís Giehl
Glaucia de Almeida Padrão
Haroldo Tavares Elias
João Rogério Alves
Jurandi Teodoro Gugel
Luis Augusto Araújo
Tabajara Marcondes

Florianópolis
2021

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, Caixa Postal 502
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5000
Site: www.epagri.sc.gov.br
E-mail: epagri@epagri.sc.gov.br

Editado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa)
Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5078
Site: http://cepa.epagri.sc.gov.br/
E-mail: online@epagri.sc.gov.br

Coordenação: Tabajara Marcondes – Epagri/Cepa
Revisão técnica: Léo Teobaldo Kroth – Epagri/Cepa

Colaboração:
Bruna Parente Porto – Florianópolis (UGT 7)
Carlos Koji Kato – Caçador (UGT 10)
Claudio Luis da Silveira – Lages (UGT 3)
Cleverson Buratto – Tubarão (UGT 8)
Édila Gonçalves Botelho – Epagri/Cepa
Orlando Fuchs – São Miguel do Oeste (UGT 9)
Evandro Uberdan Anater – Joaçaba (UGT 2)
Getúlio Tadeu Tonet – Canoinhas (UGT 4)
Gilberto Luiz Curti – Chapecó (UGT 1)
Maurício E. Mafra – Ceasa/SC
Nilsa Luzzi – Jaraguá do Sul (UGT 6)
Saturnino Claudino dos Santos – Rio do Sul (UGT 5)
Sidaura Lessa Graciosa – Epagri/Cepa

Edição: janeiro de 2021 – (*on-line*)

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

EPAGRI/CEPA. **Boletim Agropecuário**. Janeiro/2021. Florianópolis, 2021, 56p. (Epagri. Documentos, 332).
Publicação iniciada em maio/2014 (nº de 1 – 70). Em abril/2019 passou a integrar a série Documentos com numeração própria.
Análise de mercado; safras; conjuntura.
ISSN: 0100-8986 (impresso)
ISSN: 2674-9521 (*on-line*)

APRESENTAÇÃO

O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa), unidade de pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), tem a satisfação de disponibilizar o Boletim Agropecuário *on-line*. Ele reúne as informações conjunturais de alguns dos principais produtos agropecuários do estado de Santa Catarina.

O objetivo deste documento é apresentar, de forma sucinta, as principais informações conjunturais referentes ao desenvolvimento das safras, da produção e dos mercados para os produtos selecionados. Para isso, o Boletim Agropecuário contém informações referentes à última quinzena ou aos últimos 30 dias. Em casos esporádicos, a publicação poderá conter séries mais longas e análises de eventos específicos. Além das informações por produto, eventualmente poderão ser divulgados neste documento textos com análises conjunturais que se façam pertinentes e oportunas, chamando a atenção para aspectos não especificamente voltados ao mercado.

O Boletim Agropecuário pretende ser uma ferramenta para que o produtor rural possa vislumbrar melhores oportunidades de negócios. Visa, também, fortalecer sua relação com o mercado agropecuário por meio do aumento da competitividade da agricultura catarinense.

Esta publicação está disponível em arquivo eletrônico no site da Epagri/Cepa, https://cepa.epagri.sc.gov.br/. Podem ser resgatadas também as edições anteriores.

Edilene Steinwandter
Presidente da Epagri

Sumário

Grãos 7
Arroz 7
Feijão 11
Milho 13
Soja 18
Trigo 23
Hortaliças 25
Alho 25
Cebola 29
Produtos vegetais 32
Fumo 32
Pecuária 34
Avicultura 34
Bovinocultura 40
Suinocultura 46
Leite 53

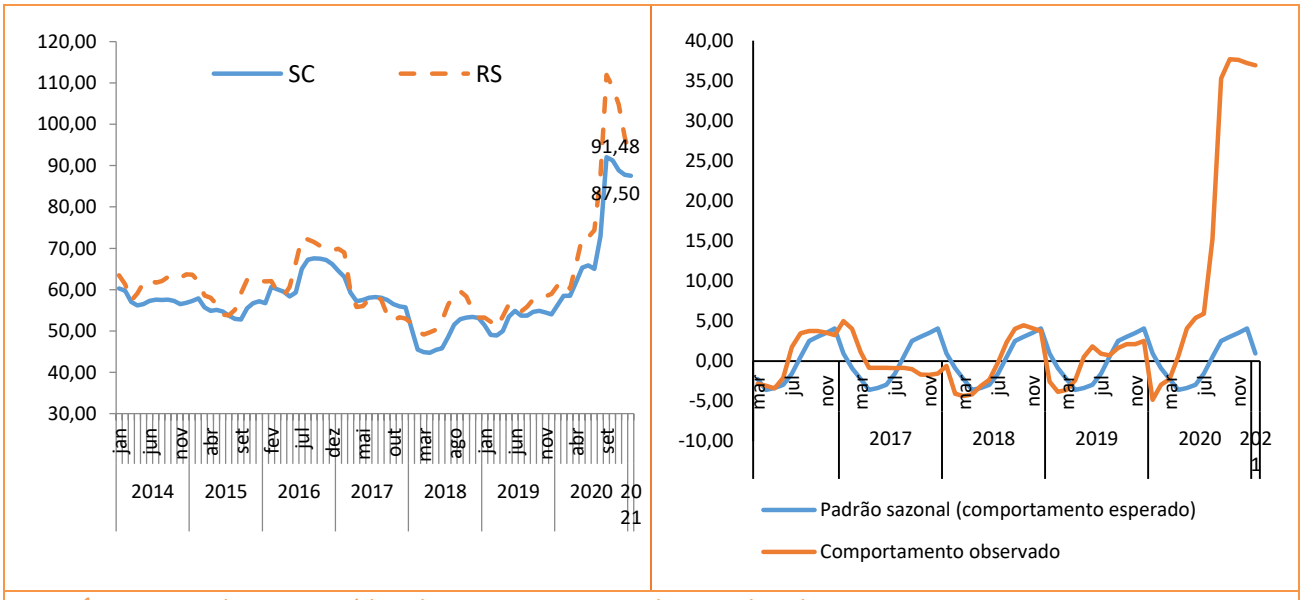
Grãos

Arroz

Glaucia Padrão
Economista, Drª. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

Preços ao produtor

Em dezembro de 2020 os preços começaram a mostrar tendência de queda quando comparados ao mês anterior. Em relação à novembro, os preços de dezembro foram 1,23% menores em Santa Catarina, e na primeira quinzena de janeiro de 2021 a variação em relação à dezembro foi de -0,30% no estado. No Rio Grande do Sul, essa variação foi de -7,56% na comparação entre dezembro e novembro e -5,54% entre a primeira quinzena de janeiro de 2021 e dezembro de 2020. A safra 2020/21 está em fase inicial de colheita. Com o avanço desta pelo estado, a tendência aponta que os preços ao produtor devem continuar em queda. Embora, o comportamento observado dos preços esteja confirmando o comportamento esperado para o período do ano, nota-se que, na comparação de 12 meses, os preços em dezembro ficaram 62,49% maiores, em termos reais, em relação ao mesmo período do ano passado. Outro fator que explica a recente baixa dos preços é o aumento das importações de países de fora do Mercosul, fortalecido pela quota de importação com isenção de impostos promovida pelo governo federal. Esta medida, contudo, não resultou no efeito desejado nos preços internos, haja vista que em razão do dólar alto houve elevação da paridade dos preços de importação.

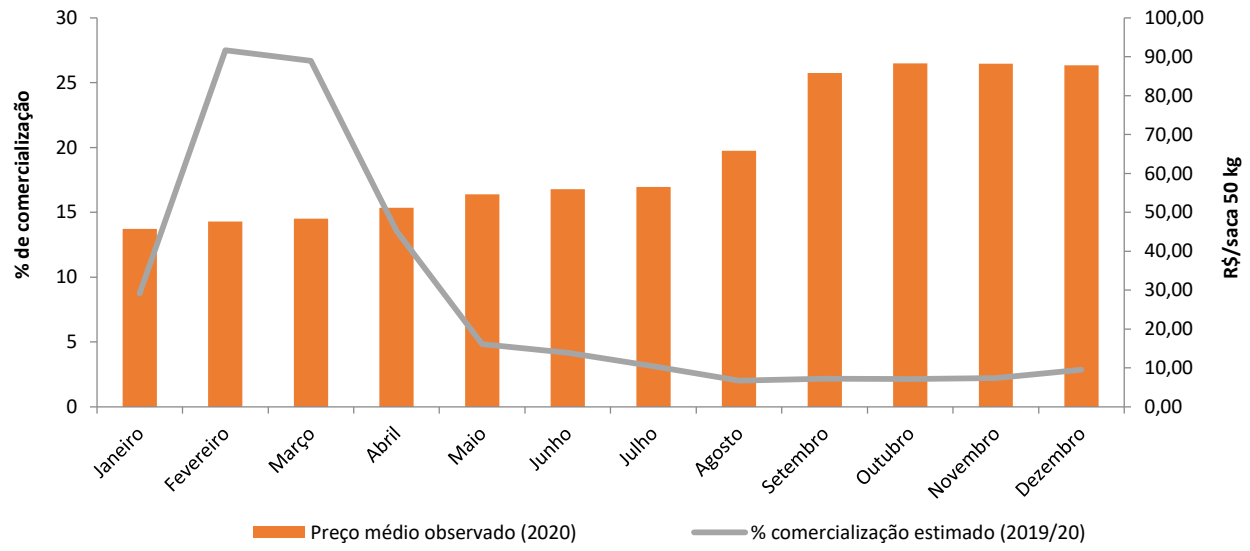


Nota: [1] Estimativa de preços médios da primeira quinzena de setembro de 2020.
Preços corrigidos pelo IGP-Di (Base dezembro/2020).
Fonte: Epagri/Cepa (SC) e Cepea (RS), janeiro/2021.

Figura 1. Arroz irrigado: evolução do preço médio real mensal ao produtor (R$/sc 50kg) – Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Jan/2014 a jan/2021) e comparativo do comportamento esperado e observado dos preços catarinenses (%)

O preço médio nominal do grão no estado em 2020, no entanto, fechou em R$64,65, apesar dos preços ao produtor terem se mantido elevados ao longo de todo o ano. Um dos fatores que explica esse preço médio é devido a maior parte da comercialização ocorrer imediatamente após a colheita, entre janeiro e julho. Grande parte dos produtores realizam financiamento para custeio da safra, havendo necessidade de comercialização imediata do produto para liquidação deste financiamento. Ademais, as incertezas do

mercado levaram os produtores, inclusive aqueles sem necessidade imediata de fazer caixa , a negociarem suas produções, pelo receio de que o comportamento dos preços se alterasse e mostrasse tendência de baixa. Assim, entre janeiro e julho cerca de 87% da produção já havia sido comercializada no estado, ao preço médio de R$51,42/sc de 50 kg. Os 13% restante alcançaram preços maiores, mas poucos produtores comercializaram acima de R$60,00 por saca, como mostra a Figura 2. Com preços elevados, alguns produtores tiveram a oportunidade de se capitalizar e puderam investir na safra 2020/21.

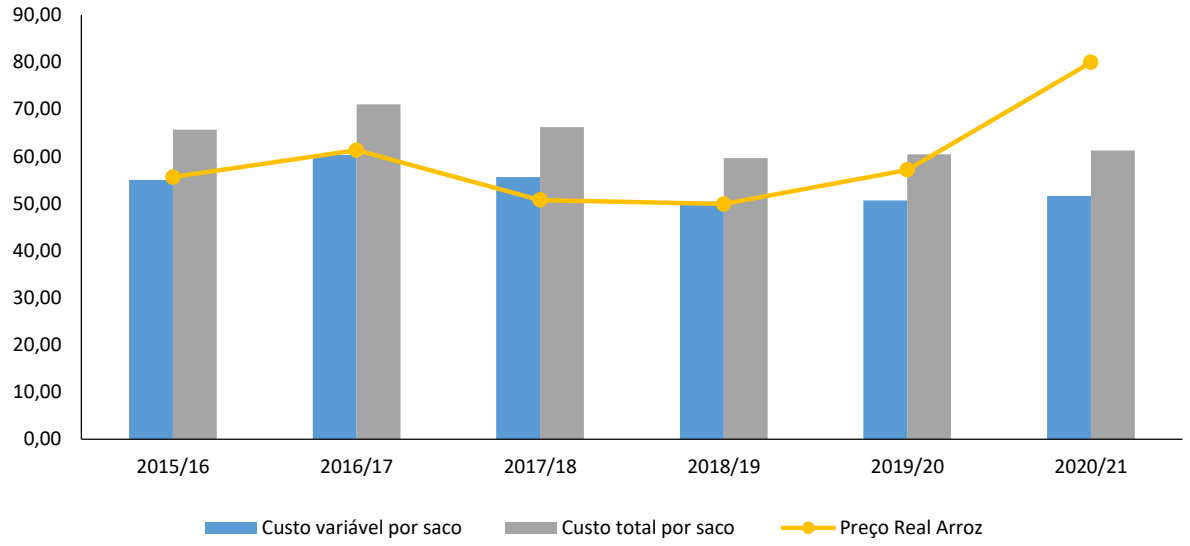


Fonte: Epagri/Cepa (SC).

Figura 2. Arroz irrigado - Santa Catarina: Evolução do preço médio nominal mensal ao produtor em 2020 (R$/sc 50kg) e % comercializado mensal estimado da produção da safra 2019/20.

Custos de produção

Na Figura 3 é apresentado um comparativo entre os custos de produção e o preço médio ao produtor das safras 2015/16 a 2020/21. Observa-se que, em termos reais, os custos não se alteraram significativamente, especialmente nas ultimas três safras. Havia uma expectativa de que com a alta do dólar, os preços dos agrotóxicos, em sua maioria importados, aumentassem e trouxessem prejuízos ao produtor. Contudo, em termos nominais, o aumento dos preços dos principais agrotóxicos utilizados na produção de arroz irrigado foi de 7,77%, enquanto, em termos reais, houve uma redução de 11,75% nesse item de custo. O maior peso nos custos de produção continua sendo o arrendamento de terras, que participa com mais de 37% do custo variável de produção. Estima-se que cerca de 60% da área produzida do estado seja arrendada e vem aumentando gradativamente, segundo levantamento realizado anualmente pela Epagri/Cepa. Mão-de-obra e colheita ocupam, respectivamente, a segunda e terceira posição nos itens de maior peso no custo variável de produção e representam, juntos, aproximadamente 25% do custo variável. Com isso, enquanto a estimativa é de que o custo total de produção por saco na safra 2020/21 tenha aumentado em 1,36% na comparação com a safra anterior, o preço médio ao produtor, até o momento, aumentou 39,9%, comparando os dois períodos, gerando uma margem média (Preço médio menos custo total) de R$18,72, o que permite capitalização dos produtores e investimento nas safras futuras. Essa margem vem se mostrando negativa ao longo da última década, o que tem justificado a saída de produtores da atividade. Cabe destacar que essa margem é parcial, haja vista que a colheita ainda está em andamento no estado e a tendência de redução dos preços pode a reduzir a margem, mas esta deve permanecer positiva.

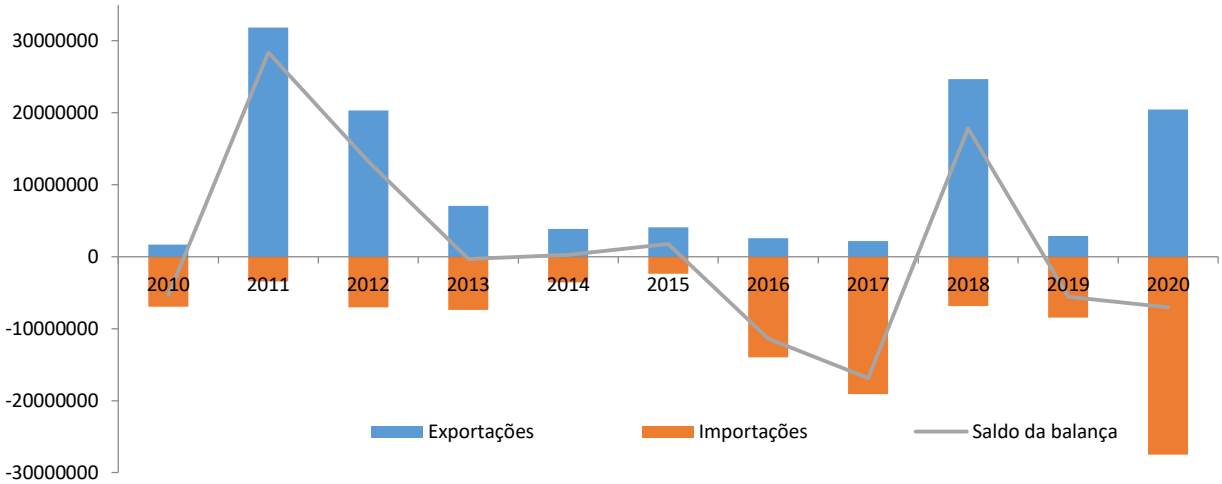


Nota: Preços corrigidos pelo IGP-Di (Base dezembro/2020).
Fonte: Epagri/Cepa (SC), dezembro/2020.

Figura 3. Arroz irrigado - Santa Catarina: Comparativo dos custos de produção e preço ao produtor das safras 2015/16 a 2020/21.

Mercado Externo

Em 2020, as exportações catarinenses de arroz cresceram aproximadamente 607% em relação a 2019, totalizando US$20,4 milhões e 48,2 mil toneladas. Os principais compradores do arroz oriundo do estado foram África do Sul, Guatemala e Senegal. Do lado das importações, o aumento observado na comparação entre 2020 e 2019 foi de 225%, totalizando US$27,5 milhões e 74,5 mil toneladas. Com isso, no ano de 2020 as importações superaram as exportações em 26,3 mil toneladas, com déficit na balança comercial de US$7,3 milhões. Os principais países de origem do grão foram Guiana, Uruguai e Estados Unidos, que entraram no mercado catarinense favorecidos pela quota de importações com isenção da Tarifa Externan Comum (TEC).



Fonte: Comexstat, janeiro/2021.

Figura 4. Arroz irrigado - Exportações, importações e saldo da balança comercial de 2010 a 2020 (US$ FOB).

Comparativo de safra

O plantio da safra de arroz 2020/21 está encerrado e com início da colheita em algumas áreas plantadas mais cedo, especialmente no litoral norte do estado. De maneira geral, as lavouras apresentam desenvolvimento dentro da normalidade e com condição de lavoura em situação boa ou ótima em 95% da área . Nas ultimas semanas, foi registrado aumento da temperatura média, fator importante para esta fase de florescimento das lavouras. A estimativa atual da safra aponta para uma estabilidade na área plantada, em torno de 149 mil hectares. Em relação à produção e produtividade, é esperada uma redução de 5,67% em comparação à safra anterior. Isso decorre do fato de que na safra passada, 2019/20, a produtividade média obtida foi superior às observadas nos anos anteriores, especialmente no sul do estado, graças a uma conjunção de fatores, como a distribuição normal das chuvas, luminosidade adequada, uso de cultivares de alto potencial produtivo e incremento tecnológico. Assim, para esta safra a produtividade deve retornar a um patamar tido como normal para o estado.

Tabela 1. Arroz irrigado - Santa Catarina: comparativo das safras 2019/20 e 2020/21

Microrregião	Safra 2019/20			Estimativa atual - Safra 2020/21			Variação (%)		
	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área (ha)	Quant. prod. (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plant.	Quant. prod.	Rend. médio
Araranguá	58.848	504.920	8.580	58.848	454.033	7.715	0,00	-10,08	-10,08
Blumenau	7.101	63.364	8.923	7.115	62.977	8.851	0,20	-0,61	-0,81
Criciúma	21.828	191.178	8.758	21.828	168.701	7.729	0,00	-11,76	-11,76
Florianópolis	1.902	11.783	6.195	1.895	12.293	6.487	-0,37	4,32	4,71
Itajaí	9.478	74.451	7.855	9.446	76.607	8.110	-0,34	2,90	3,24
Ituporanga	171	1.503	8.790	171	1.539	9.000	0,00	2,39	2,39
Joinville	18.226	150.295	8.246	18.226	150.067	8.234	0,00	-0,15	-0,15
Rio do Sul	10.668	89.466	8.386	10.695	93.757	8.766	0,25	4,80	4,53
Tabuleiro	132	739	5.598	132	924	7.000	0,00	25,04	25,04
Tijucas	2.164	16.201	7.486	2.164	16.089	7.435	0,00	-0,69	-0,69
Tubarão	18.940	150.239	7.932	18.939	145.994	7.709	-0,01	-2,83	-2,82
Santa Catarina	**149.458**	**1.254.139**	**8.391**	**149.459**	**1.182.980**	**7.915**	**0,00**	**-5,67**	**-5,67**

Fonte: Epagri/Cepa, dezembro/2020.

Feijão

João Rogério Alves
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br

Mercado

No mês de dezembro, os preços do feijão continuaram em alta no mercado catarinense. O preço médio mensal pago aos produtores de feijão-carioca (saca 60kg) teve aumento de 1,75% em relação a novembro. Em termos nominais, esse valor é cerca de 39% superior ao que foi pago no mesmo mês de 2019. Paraná e São Paulo também registram alta, de 5,95%. Para o feijão-preto, a variação mensal foi de 3,82%. Os preços praticados no mercado catarinense estão 96,14% maiores do que aqueles praticados no mesmo período do ano anterior.

Tabela 1: Feijão – evolução do preço médio mensal pago ao produtor (R$/60kg)

Estado	Tipo	Dez./2020	Nov./2020	Variação mensal (%)	Dez./2019	Variação Anual (%)
Santa Catarina	Feijão-carioca	**213,13**	**209,47**	**1,75**	**153,28**	**39,05**
Paraná		288,04	271,86	5,95	235,58	22,27
Mato Grosso do Sul		273,48	275,08	-0,58	223,63	22,29
Bahia		263,26	231,34	13,80	232,34	13,31
São Paulo		279,43	263,75	5,95	243,60	14,71
Goiás		273,16	243,95	11,97	233,34	17,07
Santa Catarina	Feijão-preto	**252,25**	**242,97**	**3,82**	**128,61**	**96,14**
Paraná		283,20	252,41	12,20	131,81	114,85
Rio Grande do Sul		267,06	234,79	13,74	141,90	88,20

Fonte: Epagri/Cepa (SC), SEAB/Deral (PR), Conab (MS, BA, SP, GO e RS), janeiro/2021.

Safra

Em Santa Catarina, nas Microrregiões Geográficas (MRG) de Curitibanos e Campos de Lages, onde o clima ameno e a possibilidade de ocorrência de geadas tardias comprometem a antecipação da semeadura, as operações de plantio devem encerrar até a primeira quinzena de janeiro. As lavouras encontram-se em desenvolvimento vegetativo. As noites e manhãs frias das últimas semanas prejudicaram o bom desenvolvimento das lavouras. Como previsto, a área plantada deverá reduzir nessa região, principalmente devido a instabilidade nos preços do produto; preços mais favoráveis para culturas concorrentes, como milho e soja, e condições climáticas instáveis, que trazem riscos de frustação de safra.
Na região do Planalto Norte, nos municípios da MRG de Canoinhas, o bom volume e boa distribuição de chuvas em toda região tem favorecido o bom desenvolvimento das lavouras, que até a última semana do ano encontravam-se com 80% em fase de floração. Todavia, as amplitudes térmicas, com noites frias e dias quentes, tem favorecido a incidência de pragas e doenças, que por sua vez, estão sendo manejadas com controles fitossanitários adequados.

Já na região Oeste, o bom volume de chuvas tem favorecido o desenvolvimento das lavouras. Contudo, as perdas provocadas pela estiagem começam a ser observadas com o início das operações de colheita, deverendo ocorrer uma significativa redução na produtividade. A expectativa é que as áreas implantadas após a estiagem possam alcançar produtividades normais.

Nas MRG de Ituporanga e Rio do Sul, as primeiras áreas colhidas, que sofreram com a estiagem, apresentaram produtividades reduzidas. Contudo, as lavouras que estão sendo colhidas nas últimas semanas apresentam rendimentoa bem superiores. Situação semelhante é observada nos municípios produtores da MRG de São Miguel do Oeste, onde as primeiras lavouras de feijão colhidas tem apresentado baixa produtividade. Após a estiagem, não houve registro do plantio de novas áreas. Assim, a área plantada

e a produtividade deverão ficar bem abaixo do esperado.

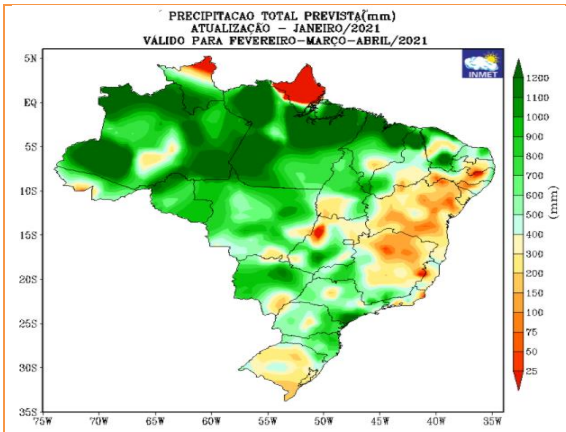
Em todo estado, até a última de dezembro, cerca de 95% da área destinada ao cultivo de feijão já havia sido plantada. Desse total, aproximadamente 62% alcançou a fase de floração. Para a safra 2020/21, é estimado o plantio de 34,9 mil hectares, redução de 2,90% em relação a área plantada na safra passada. Apesar dessa redução de área, estima-se que a produção deverá crescer 3,46%, passando de 62 para 65 mil toneladas colhidas, resultado do aumento na produtividade em 6,58%. Assim, até o momento, o rendimento médio dessa safra deverá ficar em torno de 1.863kg/ha.

Tabela 2: Feijão 1ª – comparativo de safra 2019/2020 e estimativa da safra 2020/2021

Microrregião	Safra 2019/2020			Estimativa Safra 2020/2021			Variação (%)		
	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Área	Produção	Produtividade
Araranguá	54	50	926	53	52	977	-1,85	3,53	5,48
Campos de Lages	7.530	8.375	1.112	7.100	13.844	1.950	-5,71	65,30	75,35
Canoinhas	6.200	14.420	2.326	7.250	14.475	1.997	16,94	0,38	-14,16
Chapecó	2.208	4.585	2.077	2.067	2.475	1.197	-6,39	-46,03	-42,36
Concórdia	411	642	1.562	381	336	882	-7,30	-47,66	-43,54
Criciúma	675	778	1.153	682	809	1.186	1,04	3,94	2,84
Curitibanos	4.780	8.505	1.779	4.310	10.008	2.322	-9,83	17,67	30,53
Florianópolis	12	7	542	16	18	1.125	33,33	157,16	107,58
Ituporanga	1.010	1.628	1.612	930	1.515	1.629	-7,92	-6,95	1,04
Joaçaba	2.369	3.435	1.450	3.003	6.000	1.998	26,76	74,67	37,79
Rio do Sul	596	965	1.618	558	924	1.657	-6,38	-4,21	2,38
São Bento do Sul	600	1.200	2.000	600	1.040	1.733	0,00	-13,33	-13,33
São M. do Oeste	825	1.669	2.023	775	1.027	1.326	-6,06	-38,45	-34,48
Tabuleiro	376	451	1.200	371	423	1.140	-1,33	-6,21	-4,99
Tijucas	166	172	1.033	180	232	1.289	8,43	34,88	24,77
Tubarão	773	963	1.246	767	973	1.268	-0,78	1,01	1,79
Xanxerê	7.384	15.047	2.038	5.883	10.918	1.856	-20,33	-27,44	-8,94
Santa Catarina	**35.969**	**62.891**	**1.748**	**34.926**	**65.068**	**1.863**	**-2,90**	**3,46**	**6,58**

Fonte: Epagri/Cepa (SC), janeiro/2021.

Previsão Climática



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), janeiro/2021.

Figura 1. Brasil – Previsão de precipitação - fevereiro a abril/2021

Para a Região Sul, as previsões climáticas indicam que o trimestre deve ficar com chuvas próximas ou abaixo da média climatológica no Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina (Figura 1).

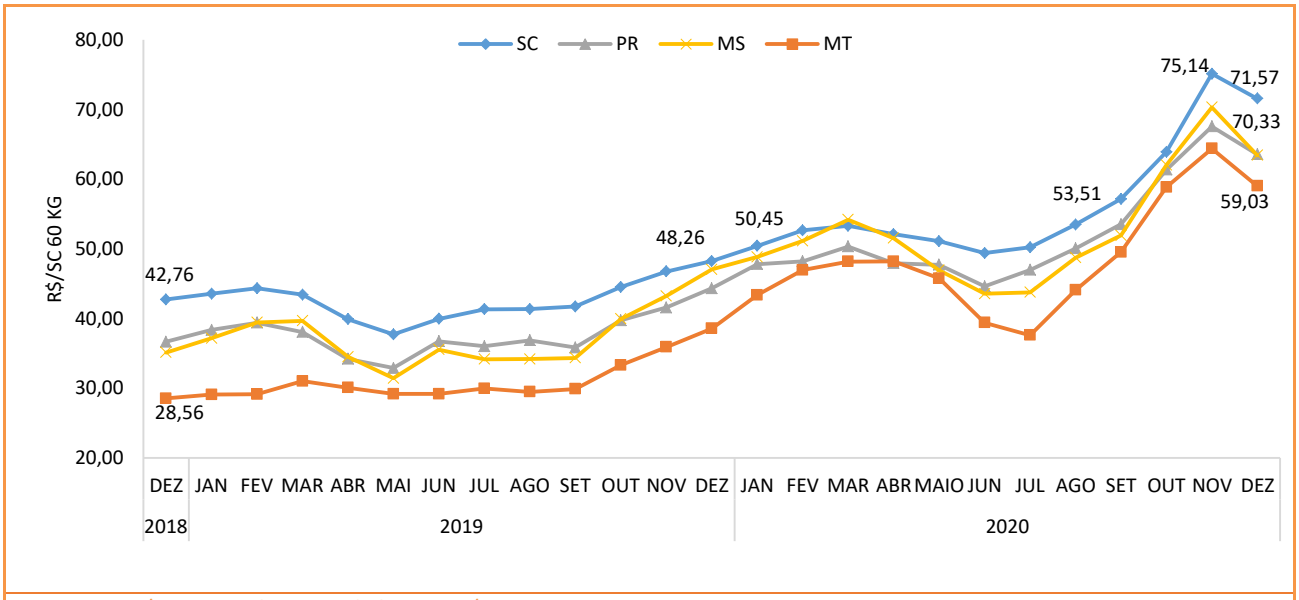
Para o mês de janeiro, previsões do INMET indicam o predomínio de áreas com condições hídricas regulares na Região Sul, principalmente no Paraná e em Santa Catarina. Já nos meses de fevereiro e março, existe uma tendência de expansão das áreas de déficit hídrico nos três estados.

Milho

Haroldo Tavares Elias
Engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Cepa
htelias@epagri.sc.gov.br

Preços

Após quatro meses de aumento, o preço médio mensal pago ao produtor em Santa Catarina recuou 4,7% em dezembro em relação ao mês anterior, com valor de R$71,57/sc de 60kg. Mesmo assim, a elevação dos preços em 2020 foi de 41,87% (Figura 1). Nos demais estados, os valores seguiram a mesma trajetória de alta. O mercado de milho pode estar se consolidando em um novo patamar de preços, com maior impacto do mercado internacional na definição dos preços. A variação entre as cotações dos preços do Mato Grosso e Santa Catarina aumentaram, o que poderá viabilizar a vinda de maior quantidade do cereal daquele estado para o sul do Brasil.



Fonte: Epagri/Cepa, Deral-PR, Agrolink, janeiro/2021.

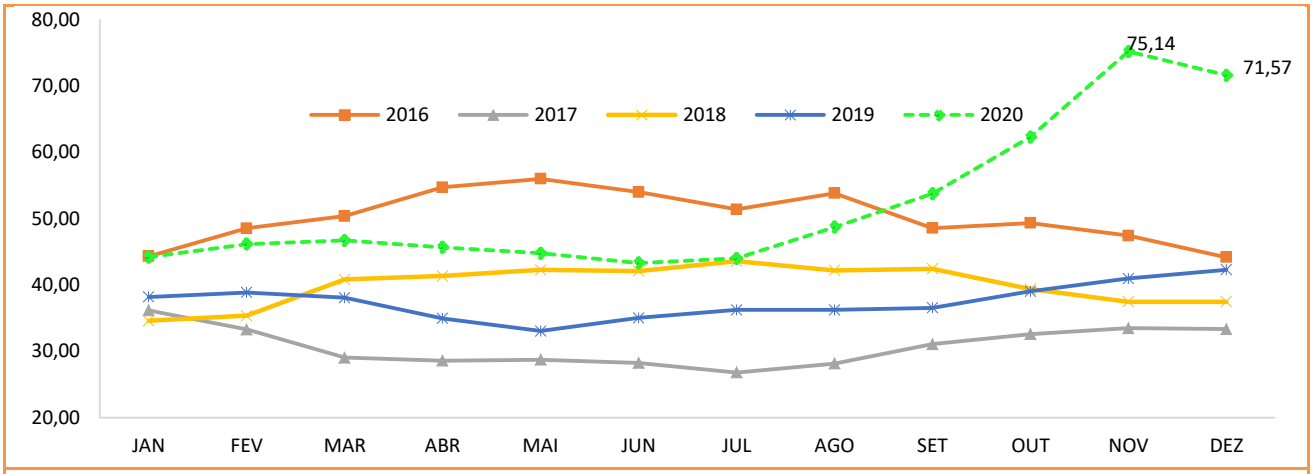
Figura 1. Milho – SC, PR, MT e MS: preço médio mensal pago ao produtor (R$/sc de 60Kg) – dez/2018 a dez/2020 (atualizado IGP-DI).

Mercado: fatores que influenciaram e tendências

- A redução do dólar frente ao real em dezembro pressionou os preços internos no fim do ano. No entanto, já no início de janeiro (dia 15) as cotações superam os R$84,00/sc no indicador ESALQ/B3, recuperando os preços de novembro de 2020;
- A tendência é de sustentação dos preços no primeiro semestre no mercado interno, com demanda interna aquecida em função das exportações de carnes;
- No Brasil, o suprimento deverá estar ajustado à demanda no primeiro semestre de 2021;
- A anomalia climática, com poucas chuvas em setembro e outubro refletiram na redução das estimativas iniciais de produção para a primeira safra do Sul do Brasil, e
- Os preços só devem apresentar retração caso o dólar perder força em relação ao real, viabilizando, assim, as importações no início de 2021. A entrada da primeira safra poderá gerar alguma pressão nos preços em fevereiro.

Preços anuais

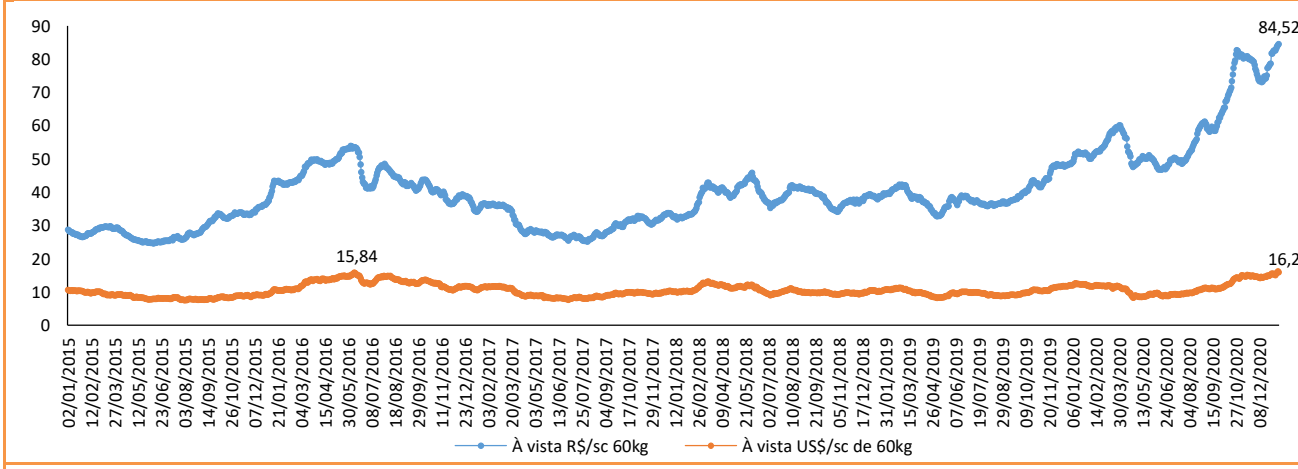
O ano de 2020 foi marcado por um comportamento dos preços diferenciados. A reação positiva na demanda interna em relação ao início da pandemia, o consumo interno e as exportações de carnes impulsionaram o mercado. Até julho, os preços estavam em um patamar normal, inferior apenas aos níveis de preços da safra 2015/2016, quando uma forte estiagem reduziu as safras de milho no Brasil (Conab, 2020). Nos meses de maio e junho ocorreu uma retração, com as incertezas da pandemia na economia mundial pressionando os preços internos e internacionais. No entanto, após o mês de julho, ocorreu uma forte elevação, alcançando a máxima de R$75,14/sc em novembro.



Fonte:Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 2. Milho – Preços médio mensais pagos ao produtor, nos anos 2016 a 2020, em R$/sc de 60kg. Corrigido pelo IGP-DI.

Os preços do milho retornam ao patamar de 2016, cerca de US$16,00 a saca de 60kg (Figura 3) e R$84,00/sc em Campinas (SP) (ESALQ-B3). Esta relação estimula as exportações. As cotações das commodities devem permanecer fortalecidas em 2021. A China importou volumes recordes dos EUA em 2020. Com a pandemia, os países reforçaram os estoques internos, a segurança alimentar está na pauta e contribuiu para a valorização internacional das commodities. O cenário mundial é de redução nos estoques de milho, devido à maior demanda. No mercado internacional, as cotações na Bolsa de Chicago alcançaram valores acima dos US$5,20/buschel na primeira quinzena de janeiro de 2021, com preços mantidos fortalecidos e valores recordes dos últimos cinco anos.



Fonte: Cepea/Esalq, janeiro/2021. Elaboração: Epagri/Cepa.

Figura 3. Milho – Preços diários pagos ao produtor: de 2015 a 2021. Preços em R$/sc de 60 kg e em US$/sc de 60kg. Produto a granel tipo exportação posto no Porto de Paranaguá.

Acompanhamento da safra 2020/2021 em Santa Catarina

A estimativa inicial para a 1ª safra 2020/2021 aponta para uma área cultivada de 337 mil hectares. A estimativa atual (dezembro) reduz em 1% a área cultivada, em função da estiagem. A estiagem prolongada em setembro e outubro já ocasionou perdas significativas. O levantamento atual aponta redução de 19,4% na produção total, que deverá chegar a 2,34 milhões de toneladas, com rendimento previsto de 7.015kg/ha (Tabela 1). As perdas são diferenciadas nas regiões mais afetadas, em função das distintas fases das lavouras. Nas regiões de São Miguel do Oeste e Chapecó, as perdas até dezembro alcançaram 52,8% e 43,2%, respectivamente (Tabela 1). No total do estado, as perdas na produção representando mais de 500 mil toneladas, quando comparada ao prognóstico inicial. As variações levantadas até novembro nas demais regiões estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Milho grão - Santa Catarina: comparativo das safras 2019/20 e 2020/21

Microrregião	Safra 2020/21 – Estimativa Inicial			Safra 2020/21 – Estimativa Dezembro			Variação (%)		
	Área (ha)	Rend. médio (kg/ha)	Quant. prod. (t)	Área (ha)	Rend. médio (kg/ha)	Quant. prod. (t)	Área plant.	Rend. médio (kg/ha)	Quant. prod. (t)
Araranguá	7.759	6.716	52.112	7.759	6.521	50.594	0,0	-2,9	-2,9
Blumenau	1.815	4.669	8.474	1.865	4.367	8.145	2,8	-6,5	-3,9
Campos de Lages	31.910	6.910	220.510	31.910	7.223	230.478	0,0	4,5	4,5
Canoinhas	31.900	10.065	321.060	32.100	9.306	298.710	0,6	-7,5	-7,0
Chapecó	43.920	8.989	394.797	44.220	5.074	224.379	0,7	-43,6	-43,2
Concórdia	22.650	7.561	171.266	20.260	5.963	120.801	-10,6	-21,1	-29,5
Criciúma	7.086	6.901	48.900	7.086	6.899	48.889	0,0	0,0	0,0
Curitibanos	26.065	10.424	271.710	26.565	8.536	226.747	1,9	-18,1	-16,5
Florianópolis	6	3.333	20	6	3.333	20	0,0	0,0	0,0
Ituporanga	10.550	7.418	78.260	10.550	6.964	73.473	0,0	-6,1	-6,1
Joaçaba	65.790	8.922	586.972	66.915	7.570	506.521	1,7	-15,2	-13,7
Joinville	356	5.529	1.968	326	5.661	1.845	-8,4	2,4	-6,2
Rio do Sul	18.780	7.210	135.398	18.830	7.008	131.955	0,3	-2,8	-2,5
São Bento do Sul	3.700	9.365	34.650	3.700	8.503	31.460	0,0	-9,2	-9,2
São M. do Oeste	28.958	8.472	245.324	28.958	3.999	115.797	0,0	-52,8	-52,8
Tabuleiro	2.410	5.826	14.040	2.410	5.411	13.040	0,0	-7,1	-7,1
Tijucas	1.855	5.046	9.360	1.855	4.927	9.140	0,0	-2,4	-2,4
Tubarão	5.015	6.370	31.947	5.015	6.379	31.992	0,0	0,1	0,1
Xanxerê	26.680	10.406	277.622	23.520	9.266	217.942	-11,8	-10,9	-21,5
Santa Catarina	**337.205**	**8.613**	**2.904.390**	**333.850**	**7.015**	**2.341.928**	**-1,0**	**-18,6**	**-19,4**

Fonte: Epagri/Cepa, dezembro/2020.

Safra estadual

O desenvolvimento da safra de milho no estado está ocorrendo de maneira distinta entre as regiões. No Oeste e Planalto Sul, os produtores reiniciaram e intensificaram o plantio com as chuvas ocorridas em novembro, cujo calendário de plantio está atrasado em relação à safra anterior (Figura 5). Até dezembro, 97% da área prevista já se encontrava semeada, restando algumas áreas na região Campos de Lages. O padrão das lavouras está inferior ao verificado no mesmo período de 2019. Nas regiões mais altas, a implantação das lavouras aconteceu de maneira mais intensiva em novembro.

Situação das lavouras nas regiões[1].

- **Região Oeste**: Muitas lavouras foram comercializadas para produção de "silagem", porém com qualidade baixa, reduzindo a quantidade de área para produção de grãos, especialmente no vale do rio Uruguai. Muitos produtores acionaram o seguro agrícola, com as lavouras sendo liberadas para o corte e aproveitamento da massa verde. As perdas em função da estiagem já estão consolidadas, sendo superiores a 50% em vários municípios das regiões de São Miguel do Oeste e Chapecó. Nas regiões com maior altitude, em função do calendário de plantio mais tarde, as perdas serão menores. A cultura vem se desenvolvendo bem depois das chuvas, porém as perdas pela estiagem serão conforme estimativas previstas. O milho plantado mais tarde deve se recuperar em parte.
- **Região Planalto Norte**: Condições meteorológicas normais, porém as variações climáticas entre chuvas x calor x temperaturas altas e amenas tem favorecido o aparecimento de pragas nas lavouras. Inicialmente foi observado a incidências de lagarta rosca, depois lagarta do cartucho e agora cigarrinhas, que tem causado sérios danos em algumas áreas. Como as áreas estão em estádios R2 - grão leitoso e R3 - grão pastoso é necessário aguardar a evolução das incidências das pragas para chegar as estimativas reais.
- **Região Planalto Sul: Curitibanos/Campos Novos/Campos de Lages**: Chuvas normais em toda a região. Lavouras implantadas mais tarde (novembro 2020) estão com bom desenvolvimento. As implantadas no cedo já estão com as perdas consolidadas. De toda forma, mantidas as condições climáticas atuais, poderá ter ainda uma safra satisfatória.
- **Regiões Sul e Litoral**: As lavouras, de modo geral, seguem com bom desenvolvimento. Sem eventos climáticos extremos.
- **Região Alto Vale do Itajaí**: Lavouras entrando na fase de maturação, em boas condições até o momento.
- **Região Meio Oeste (Joaçaba, Videira e Caçador):** Lavouras plantadas mais tarde estão e bom estado de desenvolvimento. A expectativa ainda é de uma boa safra se as condições climáticas permanecerem com chuvas regulares.

Situação nacional

O milho da primeira safra 2020/21 foi impactado pelas inconstâncias do clima, que prejudicaram o plantio e o desenvolvimento das lavouras, em especial no sul do Brasil. No último relatório, a Conab aponta para uma produção estimada de 23,9 milhões de toneladas[2], cerca de 6,9% inferior em relação à safra anterior. Em outras regiões, as chuvas estão ocorrendo com intensidade e regularidade maiores. Assim, as expectativas totais para a cultura na safra 2020/21, incluindo as três safras, são de uma área total de 18.436 mil hectares e uma produção aproximada de 102,3 milhões de toneladas. O estoque final para a safra 2020/21 é estimado pela Conab em 7,3 milhões de toneladas, redução de 32% em relação à safra anterior. Estoque que abastece o mercado interno por no máximo 30 dias, considerando a partir de fevereiro de 2021. Esse fato se deve ao contínuo crescimento do consumo interno e exportações acima de 34 milhões de toneladas em 2020. No entanto, a colheita da primeira safra se inicia no fim de janeiro no sul do Brasil, com a oferta do cereal no mercado. A segunda safra deverá sofrer atraso no plantio, em função da estiagem e atraso do plantio da safra de verão da soja.

[1] Sistema de acompanhamento de safra, calendário. Registro da situação do desenvolvimento da safra na primeira semana de janeiro 2021 nas diferentes regiões do estado. Epagri/Cepa.
[2] Conab | acompanhamento da safra brasileira de grãos | v.8 – safra 2020/21, nº4 – quarto levantamento | janeiro 2021.

Fonte: CONAB, janeiro/2021.

Figura 4. Milho - Brasil: área, rendimento, produção total, suprimento e demanda. Estimativas para a safra 2020/21.

Situação mundial

O destaque no relatório do USDA de janeiro[3] foi a redução da estimativa da produção dos EUA de 368,5 milhões de toneladas (dez/2020) para 360,2 milhões de toneladas em janeiro/2021. Em relação aos estoques mundiais, os volumes reportados passaram de 288,9 milhões de toneladas para 383,8 MT, com redução contínua nos últimos cinco anos, o que indica que os preços internacionais deverão se manter fortalecidos. A suspensão temporária das exportações de milho da Argentina no fim do ano afeta o mercado internacional. A menor produção na Ucrânia afetou a disponibilidade do produto no mercado.

Uma maior demanda por alimentos do mercado chinês impulsionou as exportações do milho americano, com volumes recordes em 2020. A melhora das condições do clima e chuvas regulares na América amenizaram um pouco a preocupação da redução mais significativas da safra atual.

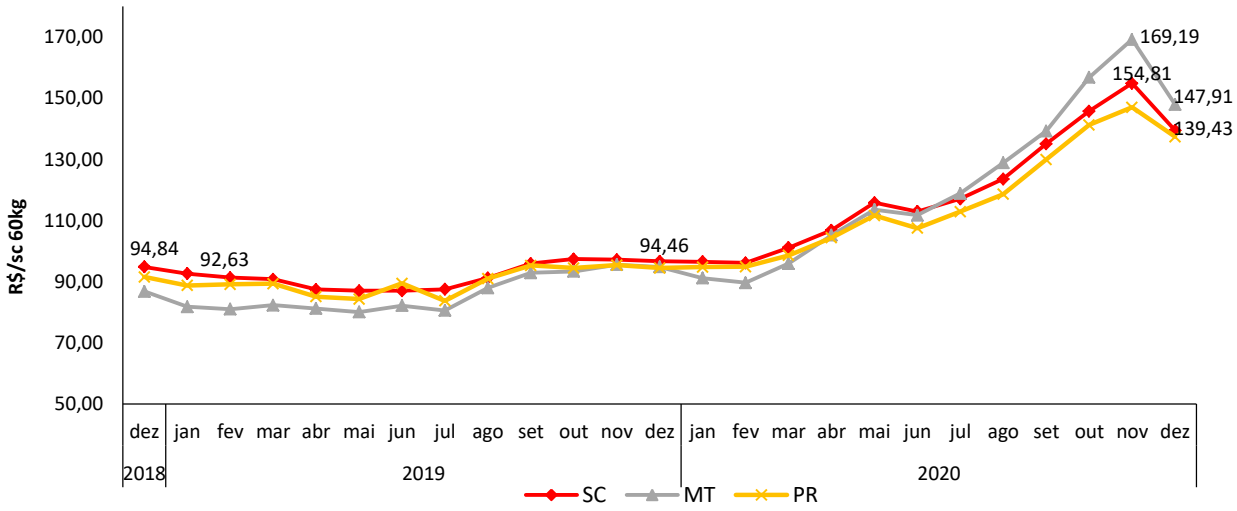
[3] Foreign Agricultural Service/USDA 30 January 2021 Global Market Analysis Global Market Analysis.

Soja

Haroldo Tavares Elias
Engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Cepa
htelias@epagri.sc.gov.br

Preços

Após cinco meses de altas consecutivas, os preços apresentaram recuo de 9,9% em dezembro frente a novembro. Mesmo assim, em 2020 a alta nos preços foi de 44,5%, batendo recordes nominais e em valores corrigidos, desde 2014 (Epagri/Cepa). Desde 2018 até início de 2020, os preços se mativeram entre R$80,00/sc e R$100,00/sc. No segundo semestre de 2020, as cotações se consolidaram acima dos R$100,00, alcançando, no estado, R$154,81 em novembro (Figura 1). Observa-se que o comportamento dos preços no Mato Grosso, ao longo do período analisado, superaram as cotações no sul do Brasil (Figura 1). Isto se deve à forte demanda internacional no período e escassez do produto, fatores que distorceram os preços relativos. Deve-se considrar, também, que trata-se de valores nominais, uma vez que as exportações aconteceram em grande parte até julho de 2020, restando pouca soja disponível no segundo semestre. Com o início da colheita em março/2021, deverá retornar ao padrão anterior a 2020.



Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2020; Deral – PR e Agrolink (MT), janeiro/2021.

Figura 1. Soja em grão - Santa Catarina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul: preço médio mensal ao produtor – dez/2018 a dez/2020 (corrigido IGP-DI) .

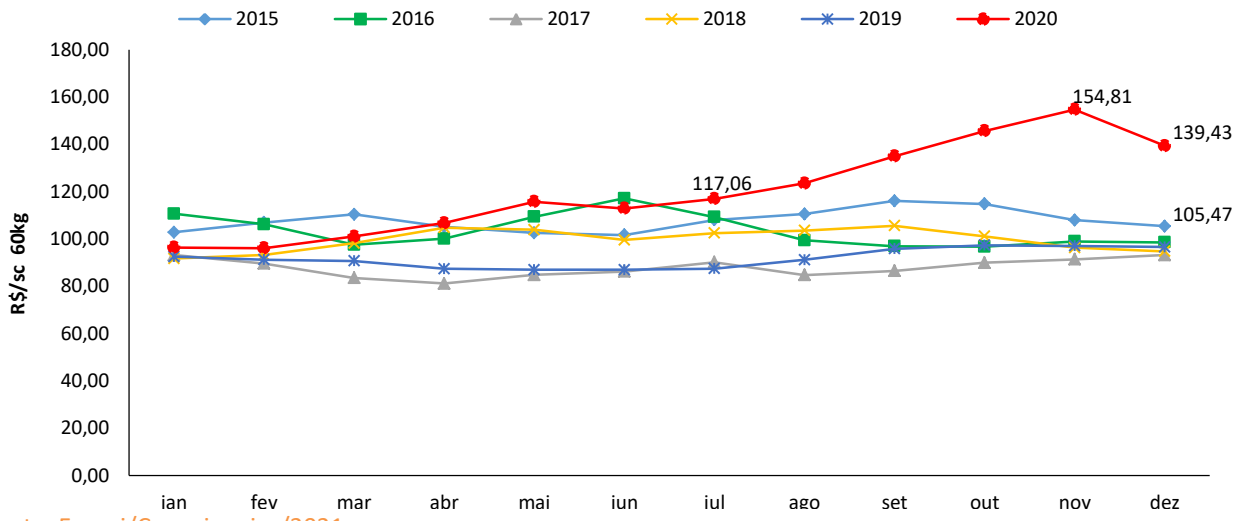
Mesmo com o recuo das cotações do dólar no início de dezembro, a soja continua com os preços fortalecido na Bolsa de Chicago, ultrapassando, em janeiro, US$14/buschel, que representam valores acima dos U$30,0/sc de 60kg.

As cotações internacionais são impulsionadas pela demanda Chinesa por soja, redirecionada para os EUA no segundo semestra de 2020. No último relatório do USDA (janeiro 2021) a projeção da produção e estoques finais foram diminuídos, o que representa mais um fator altista.

O clima na América do Sul é um fator importante no momento, devendo influenciar as cotações da soja no mercado internacional. O retorno das chuvas no Brasil, em novembro e dezembro, com projeção de boas produtividades, podendo se contituir como fator de baixa nas cotações internacionais.

Evolução dos preços anuais

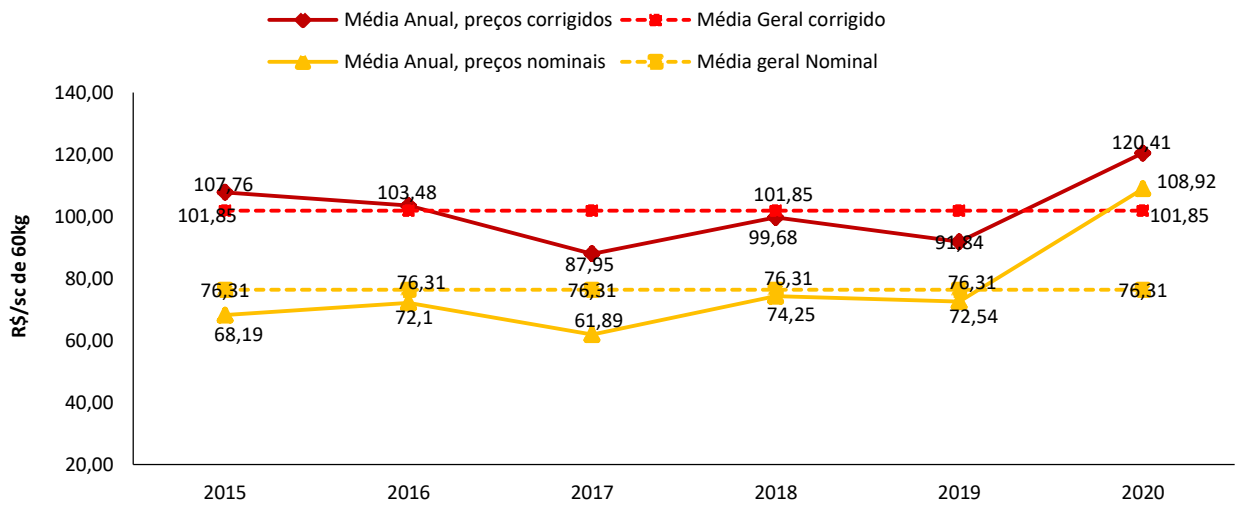
O comportamento dos preços em 2020 foi completamente diferenciado dos anos anteriores (Figura 2). A partir de julho, há uma forte elevação, sustentada pela demanda internacional, pela valorização na Bolsa de Chicago e pelo câmbio.



Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 2. Soja em grão - Santa Catarina: preço médio mensal ao produtor, de 2015 a 2020, (corrigido IGP-DI, base nov. 2020).

Os preços médios anuais (nominal e corrigido) e o comportamento dos preços médios anuais (nominal e corrigido) estão apresentados ana Figura 3. Em 2020, tanto os preços corrigidos (IGP-DI) quanto os nominais, ultrapassaram as médias dos preços dos últimos seis anos, demonstrando o comportamento diferenciado das cotações da soja nos mercados interno e externo. A pandemia fez os países reforçarem estoques dos grãos, com a segurança alimentar sendo um dos fatores marcantes para a valorização das commodities agrícolas em 2020.

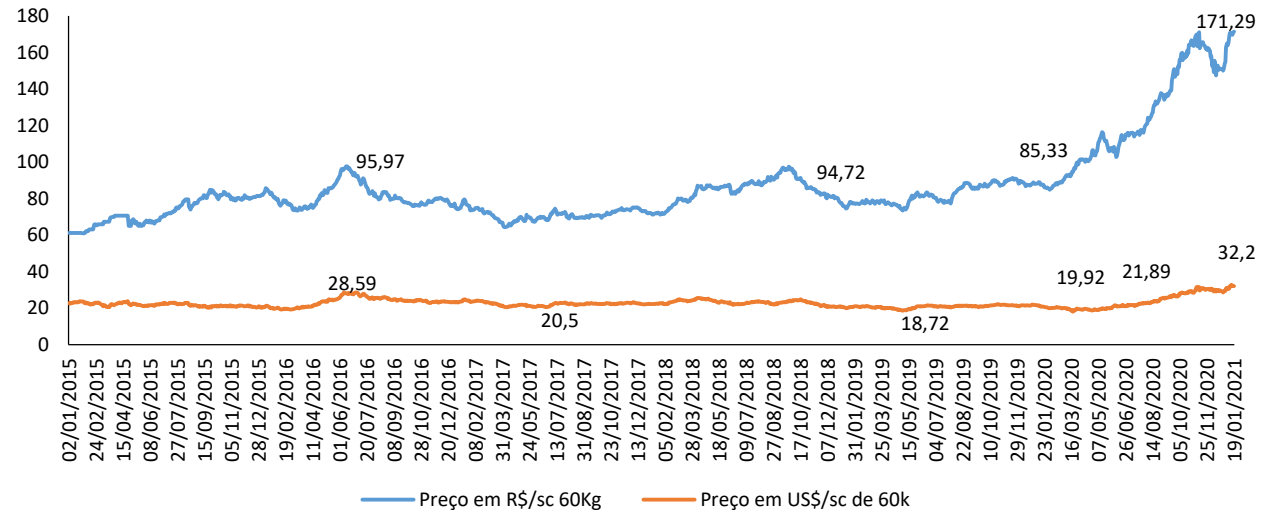


Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 3. Soja em grão - Santa Catarina: preço médio anual ao produtor, de 2015 á 2020 (preços nominais e corrigido IGP-DI, base nov. 2020)

Preços em reais e dólar

A comparação do comportamento dos preços em reais e dólares está apresentada na Figura 4, com base nos preços do Cepea/Esalq[4]. Observa-se que a oscilação dos preços em reais é maior, refletindo as condições do mercado interno e cotações do dólar frente ao real. A partir de março de 2020, os preços tiveram forte elevação, refletindo o câmbio e alta demanda da China, já no início do ano. As cotações em dólar apresentam elevação mais forte após julho, quando a China redireciona suas compras para a soja dos EUA, época da colheira no hemisfério norte. A correlação dos preços em reais e dólar é de 0,59 no periodo de 2015-2020, enquando que no período de 2010-2015 foi de 0,81. Ou seja, quanto mais elevado o valor da correlação, maior a relação entre as variáveis. Isto significa que nos últimos cinco anos a relação entre as cotações da soja em dólar e real perdeu força.



Fonte: Esalq/Cepea. Adaptação: Epagri/Cepa, janeiro/2020.

Figura 4. Soja brasileira em grão a granel tipo exportação, produto posto no porto de Paranaguá, de 2015 á 2020 (preços nominais em reais e em dólares americanos por saca de 60 kg).

Safra catarinense 2020-21

A estimativa atual indica o cultivo de 660,24 mil hectares de soja no estado na primeira safra, com produção prevista de 2,31 milhões de toneladas (Figura 5). Neste ano, o prognóstico considera a área de cultivo para a primeira e segunda safras separadamenete. A segunda safra deverá registrar em torno de 30 mil hectares. Portanto, a área total a ser cultivada com soja no estado deverá se aproximar de 700 mil hectares na safra 2020/2021. Com o atraso no plantio de milho em função da estiagem prolongada, algumas áreas migraram para o cultivo de soja. Nos últimos três anos, a produção total do estado tem recuado por problemas climáticos. As boas condições climáticas em dezembro e janeiro devem manter uma produção satisfatória e até 2% superior à safra anterior. Contudo, ainda falta incluir a segunda safra.

[4] https://www.cepea.esalq.usp.br/br/metodologia/metodologia-da-soja-esalq-bm-fbovespa-paranagua.aspx

Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2020.

Figura 5. Soja - Santa Catarina: Evolução da produção de 2012/13 a 2020/2021 – milhões de toneladas (estimativa dez/2020).

Cenário Nacional da Safra 2020/2021

Com as condições de mercado atrativas para a comercialização do grão, se consolida um continuado crescimento da área plantada, com previsão de incremento de 3,4% em comparação à safra anterior, atingindo 38,19 milhões de hectares semeados[5] e produção estimada de 133,7 milhões de toneladas (Figura 6). O plantio foi finalizado, com atraso em algumas regiões. No entanto, com a expectativa das normalizações hídricas, não se esperam graves comprometimentos nos níveis de produtividade. No Sul, a estiagem impactou no atraso da semeadura, mas ainda é cedo para quantificar perdas.

Fonte: CONAB, janeiro/2021.

Figura 6. Soja – Brasil: Previsão de plantio, produtividade e produção para a safra 2020/21 e comparativo com a safra 2019/20.

[5] Conab | acompanhamento da safra brasileira de grãos | v.8 – safra 2020/21, nº4 – quarto levantamento | janeiro 2021.

Bolsa de Chicago: análise 2020 e perspectivas 2021

O comportamento das cotações internacionais da soja (Bolsa de Chicago) segue sua trajetória, acompanhando o padrão do primeiro semestre de 2020. Em abril e maio de 2020, apresentou um leve recuo, em função das incertezas geradas pela pandemia na economia global. No entanto, ultrapassou o nível de US$9,00/bu (buschel=27,216kg) em meados de agosto de 2020. A partir daí, o avanço das cotações são contínuas, até ultrapassar os US$14,00/bu (Figura 7a) no início de janeiro de 2021. Esta cotação não era registrada desde abril de 2014 (Figira 7b). O cenário indica que as cotações internacionais permaneçam no patamar atual no médio prazo, com fatores altistas predominando. As informações sobre os estoques finais nos EUA, de acordo com o relatório de janeiro de 2021[6] do USDA , estimados em 4,76 milhões de toneladas em dez. 2020) e 3,79 em jan.2021,também influenciam as cotações internacionais.

Fonte: Investing, janeiro/2021. Base contrato março de 2021.

Figura 7a. Soja: Evolução das cotações na Bolsa de Chigadp de março de 2020 a janeiro de 2021 (US$/buschel).

Fonte: Investing. Base contrato, março de 2021.

Figura 7b. Soja: Evolução das cotações na Bolsca de Chicago de janeiro de 1990 a janeiro de 2021 (US$/buschel).

[6] Foreign Agricultural Service/USDA 15 January 2021 Global Market Analysis.

Trigo

João Rogério Alves
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br

Mercado

Durante todo o ano de 2020 os produtores de trigo enfrentaram oscilações nos preços pagos pela saca do produto, que se mantiveram em patamares bastante elevados em comparação ao ano anterior. Os motivos dessa alta, como já exposto em edições anteriores, são muitos: entrada na safra 2020/21 com estoque reduzido em função da frustração na safra passada; valorização do dólar frente ao real; demanda mundial em alta e com países exportadores retendo seus estoques em função da pandemia (por se tratar de um cereal estratégico para a segurança alimentar); redução das projeções de plantio na Argentina em função de estiagem (6,9 para 6,7 milhões de hectares); perdas promovidas pela estiagem também no Paraguai, e a ocorrência de geadas na época de plantio e estiagem durante todo ciclo da cultura na região Sul do Brasil, reduzindo as expectativas de produção nos estados produtores.

Os levantamentos da Epagri/Cepa mostram que no mercado de balcão (valor pago ao produtor) do estado, o preço médio da saca de 60kg caiu 10,68%, em dezembro. No Paraná e Rio Grande do Sul também houve queda, de 9,37% e 9,56%, respectivamente. Com o fim da colheita, muitos compradores estão atentos, na expectativa de que os preços fiquem mais atrativos. Mesmo com a baixa procura por parte dos moinhos, os preços se mantiveram em patamares superiores aos praticados na temporada passada. Em termos nominais, no mercado catarinense, esse valor é cerca de 67,7% superior ao que foi pago no mesmo período do ano passado.

Já no mercado internacional, segundo dados da Conab, as cotações apresentaram desvalorizações devido à ampla oferta mundial. As perspectivas de aumento de produção de importantes países produtores, como Austrália, Canadá, França e Ucrânia, assim como o clima favorável ao plantio nos Estados Unidos, contribuíram para pressionar as cotações.

Tabela 1. Trigo Grão – Preços médios pagos ao produtor – R$/saca de 60kg

Estado	dez/20	nov/20	variação mensal (%)	dez/19	variação anual (%)
Santa Catarina	72,11	80,73	-10,68	43,00	67,70
Paraná	68,31	75,37	-9,37	47,46	43,93
Mato Grosso do Sul	67,91	73,13	-7,14	45,00	50,91
Goiás	73,58	72,00	2,19	48,15	52,81
Rio Grande do Sul	70,10	77,51	-9,56	40,31	73,90

Nota: Trigo Pão PH78.
Fonte: Epagri/Cepa (SC), SEAB/Deral (PR), Conab (MS, GO e RS), janeiro/2021.

Safra

A safra brasileira de trigo 2020/21 está encerrada. Segundo dados da Conab, foram destinados ao plantio do cereal aproximadamente 2,3 milhões de hectares, o que representou um aumento de 14,8% em comparação aos 2,0 milhões de hectares utilizados na temporada 2019/2020. Apesar dos registros de intempéries no Sul e Sudeste do país, assim como em algumas áreas no Centro-Oeste, o rendimento médio foi considerado satisfatório, alcançando 2.663 kg/ha, um incremento de 5,4% em relação ao ano anterior. Com isso, deve ser registrar um aumento na produção de aproximadamente 20,9%, com um volume total colhido de cerca de 6,2 milhões de toneladas.

Em Santa Catarina, a colheita está encerrada. A área plantada nessa safra cresceu 16% na comparação com

a safra passada, estimulada pelos bons preços praticados no início da safra, o que levou produtores a investir na atividade e ampliar suas áreas de cultivo. Contudo, no transcorrer da safra o clima não foi favorável. Geadas localizadas e uma estiagem prolongada comprometeram o resultado da safra, que encerrou com uma produtividade média 4% inferior à obtida na safra anterior. Mesmo assim, deverá ser registrada uma produção 11% superior à que foi colhida na safra passada.

Na análise regional, verificamos que no Planalto Norte, que abrange as Microrregiões Geográficas (MRG's) de Canoinhas e São Bento do Sul, o rendimento médio das lavouras foi um dos maiores registrados nesta safra em todo estado. Nessa região, os efeitos da estiagem foram menos significativos e os produtores puderam comemorar uma boa safra. Apesar da redução de 4% na produtividade na comparação com a safra anterior, técnicos e produtores avaliam que a temporada foi muito boa, com ótima qualidade do produto e os bons preços recebidos pelos produtores.

Na região do Planalto Sul, que compreende as MRG's de Curitibanos, Joaçaba e Campos de Lages, o destaque vai para a excelente qualidade do produto colhido (PH78 e superior). Porém, a produtividade ficou aquém do estimado inicialmente, por conta dos efeitos da estiagem. Os produtores lamentam a baixa produtividade, porém os preços compensaram a redução da produção.

Já para a região do Alto Vale, que abrange as MGR de Ituporanga e Rio do Sul, técnicos e produtores avaliam que a safra foi considerada normal, comparável aos anos anteriores.

No Extremo Oeste, na MRG de São Miguel do Oeste, os cultivos foram fortemente afetados pelos efeitos da estiagem prolongada que assolou o estado, com produtividades muito variadas nas lavouras. Nas áreas de maior altitude, as plantas sofreram menos, registrando as melhores produtividades, chegando a 3.600kg/ha. Contudo, nas áreas de menor altitude, as produtividades foram bastante comprometidas, oscilando entre 1.800 e 2.400kg/ha. Entretanto, muitas lavouras ficaram com produtividades abaixo de 1.000 kg/ha.

Na região Oeste, que abrange os municípios das MRG's de Chapecó, Xanxerê e Concórdia, a situação não foi diferente. A estiagem também comprometeu o desenvolvimento das lavouras de trigo, resultando em produtividades muito variadas.

Tabela 2. Trigo grão – Santa Catarina: Comparativo entre a safra 2019/20 e a estimativa da safra 2020/21

Microrregião	Safra 2019/20			Estimativa Safra 2020/21			Variação (%)		
	Área Plantada (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Área Plantada (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Área	Produção	Produtividade
Campos de Lages	924	2.158	2.335	634	1.285	2.027	-31	-40	-13
Canoinhas	9.500	35.419	3.728	13.300	46.780	3.517	40	32	-6
Chapecó	11.584	34.323	2.963	13.493	35.765	2.651	16	4	-11
Concórdia	706	1.985	2.812	1121	3.355	2.993	59	69	6
Curitibanos	7.301	23.268	3.187	9.040	29.212	3.231	24	26	1
Ituporanga	840	2.078	2.474	781	2.032	2.601	-7	-2	5
Joaçaba	3.848	10.939	2.843	3.987	9.779	2.453	4	-11	-14
Rio do Sul	200	485	2.425	530	1.277	2.409	165	163	-1
São Bento do Sul	500	1.710	3.420	700	2.310	3.300	40	35	-4
São M. do Oeste	3.748	8.100	2.161	4.595	11.870	2.583	23	47	20
Xanxerê	11.650	34.309	2.945	10.531	28.345	2.692	-10	-17	-9
Santa Catarina	**50.801**	**154.774**	**3.047**	**58.712**	**172.011**	**2.930**	**16**	**11**	**-4**

Fonte: Epagri/Cepa, dezembro/2020.

Hortaliças

Alho

Jurandi Teodoro Gugel
Engenheiro-agrônomo - Epagri/Cepa
jurandigugel@epagri.sc.gov.br

A safra de alho 2020/2021 foi implantada numa conjuntura favorável em Santa Catarina, reflexo dos bons resultados da safra anterior. Tanto que a estimativa inicial para a nova safra apontava para um incremento na área cultivada de 8,85% em relação à safra 2019/20, alcançando 1.993ha. A produção inicial esperada era de mais de 21 mil toneladas, com a produtividade média estimada em 10.587kg/ha, isto em condições climáticas normais.

Porém, praticamente todo o período de desenvolvimento da cultura foi de precipitações abaixo das médias históricas nas regiões produtoras. Além de poucas, estas ocorreram irregularmente distribuídas, afetando fortemente as condições de desenvolvimento da cultura. Outros dois eventos que afetaram a safra catarinense em 2020 foram o ciclone bomba ocorrido em 30 de junho, e a forte chuva de granizo, ocorrida em 01 de setembro. Ambos os eventos atingiram as regiões produtoras e contribuíram para perdas significativas, que em algumas lavouras chegaram a 70%. Desta forma, a safra catarinense de alho 2020/21 apresenta variações importantes em produtividade e qualidade comercial dos bulbos, devido ao grau de danos ocorridos em cada caso.

A produção de alho no estado é realizada em propriedades que, independentemente do tamanho, têm se especializado, tanto com infraestrutura para irrigação quanto no manejo cultural e do solo, que, no seu conjunto, contribuíram para amenizar as perdas decorrentes da falta de chuvas e demais adversidades, porém com elevação dos custos de produção.

Preço

Em termos de mercado, o ano de 2020 foi favorável aos produtores catarinenses. Praticamente em todo o período de comercialização da safra os preços se mantiveram acima do custo de produção, especialmente na fase final das vendas, que ocorreu nos meses de maio e junho. Nesse período, os preços ao produtor foram de R$8,00/kg a R$12,50 acima da classe do alho, ou seja, para o alho classe 5, o valor variou de R$13,00/kg até R$17,50/kg, e assim por diante para as classes 4, 6 e 7.

Porém, no mês de julho o mercado foi surpreendido com uma brusca redução nos preços. A princípio, devido a uma grande oferta de alho oriundo da região do Cerrado e ao maior volume mensal do ano de alho importado, afetando o mercado nacional, com queda de preços no atacado entre 30 a 40% em relação ao mês de junho. Esta situação foi observada tanto na CEAGESP/SP quanto na CEASA/SC. A partir dos impactos nos preços no mês de julho, no segundo semestre de 2020 o mercado do alho atuou com patamares de preços menores em relação ao primeiro semestre, em que o alho classe 7 (maior calibre do bulbo) chegou a mais de R$30,00/kg no atacado.

Em dezembro, no mercado atacadista da CEAGESP, unidade do governo federal do município de São Paulo, maior central de abastecimento do Brasil, o alho roxo nobre nacional, classe 5, foi comercializado, na primeira semana, a R$14,40/kg, fechando o mês em R$13,75/kg, redução de 4,51% no mês. O alho classe 6, no mesmo período, passou de R$15,66/kg para R$15,68/Kg, aumento de 0,12%, e o alho classe 7 fechou dezembro a R$17,61/kg, redução de 1,67% em relação ao início do mês.

Na primeira semana de janeiro, os preços no atacado, para todas as classes do alho roxo nacional, tiveram

redução de preço de 0,95% a 4,5% em relação ao final de dezembro.

O preço no atacado do alho chinês, em dezembro, também teve redução, embora pequena, variando de R$12,50/kg para R$12,00/kg, redução de 4% no mês. Nas primeiras semanas de janeiro permaneceu em R$12,00/kg.

Na Ceasa/SC, unidade de São José, o alho nobre nacional, classes 4 e 5, permaneceu até o final de dezembro com o mesmo preço praticado em novembro, a R$11,50/kg. O alho classes 6 e 7, que finalizou o mês de novembro a R$14,00/kg, fechou o mês de dezembro a R$13,50, redução de 3,57% no mês.

A comercialização da safra catarinense 2020/2021 está apenas no início, estimando-se a comercializa entre 5 e 8% de seu volume. A procura está baixa, com os preços ao produtor girando em torno de R$2,50 a R$ 3,00 acima da classe, ou seja, o alho classe 4 está sendo vendido de R$6,50/kg a R$7,00/kg, e assim por diante. Salienta-se que os bulbos produzidos são de muito boa sanidade, porém de menor calibre, o que afeta a aceitação do produto no mercado.

Produção

Segundo dados da Epagri/Cepa, a safra catarinense de alho 2020/21 tem estimativa atual de produção de aproximadamente 17,8 mil toneladas, redução de 15,4% em relação à estimativa inicial da safra. As principais causas da redução da produção foram decorrentes de eventos climáticos, como a estiagem, chuva de granizo e ciclone bomba que ocorreram durante o desenvolvimento da cultura.
Quanto ao andamento da safra, 100% das lavouras já foram colhidas e o produto está em processo de cura, armazenamento e classificação.

Apesar dos problemas climáticos ocorridos, a condição das lavouras, em termos de sanidade, foi considerada boa em 80% da área plantada no estado, com produção de bulbos de excelente sanidade, porém de menor calibre. Nos 20% restantes, as condições foram consideradas de médias a ruins, em função da severidade das perdas ocasionadas pela ocorrência de granizo, pelo ciclone e pela falta de chuvas. Desta forma, a produção tem maior percentual de bulbos de calibre menor em relação a uma safra normal, acarretando perda na qualidade comercial da hortaliça.

Comércio exterior

Em 2020, o Brasil importou 193,51 mil toneladas de alho, 15,38% a mais que em 2019 e 21,55% a mais em relação ao ano de 2017. No primeiro semestre, os preços em alta no mercado interno brasileiro e a boa oferta da hortaliça no mercado mundial favoreceram a entrada de produto estrangeiro, como pode ser visto na Tabela 1.

Em dezembro foram importadas 14,63 mil toneladas, o menor volume para o mês nos últimos quatro anos, refletindo a conjuntura do mercado nacional. Embora a redução do volume importado em dezembro, 2020 foi o ano com maior volume de alho importado desde 2017 (Tabela1).

Tabela 1. Alho – Brasil: importações de jan/2017 a dez/2020 (mil t)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2017	12,63	10,00	12,79	12,38	13,90	9,43	12,97	18,12	12,02	13,64	11,20	20,12	**159,20**
2018	17,24	14,53	17,28	14,77	16,67	13,33	15,99	12,70	8,61	10,39	7,59	15,71	**164,81**
2019	18,06	16,28	13,59	15,77	15,56	12,58	15,05	11,21	7,78	11,16	9,20	19,19	**165,43**
2020	20,43	15,07	16,36	14,57	16,69	18,93	23,33	15,90	12,01	9.39	16,15	14,63	**193,51**

Fonte: Comexstat/ME, janeiro/2021.

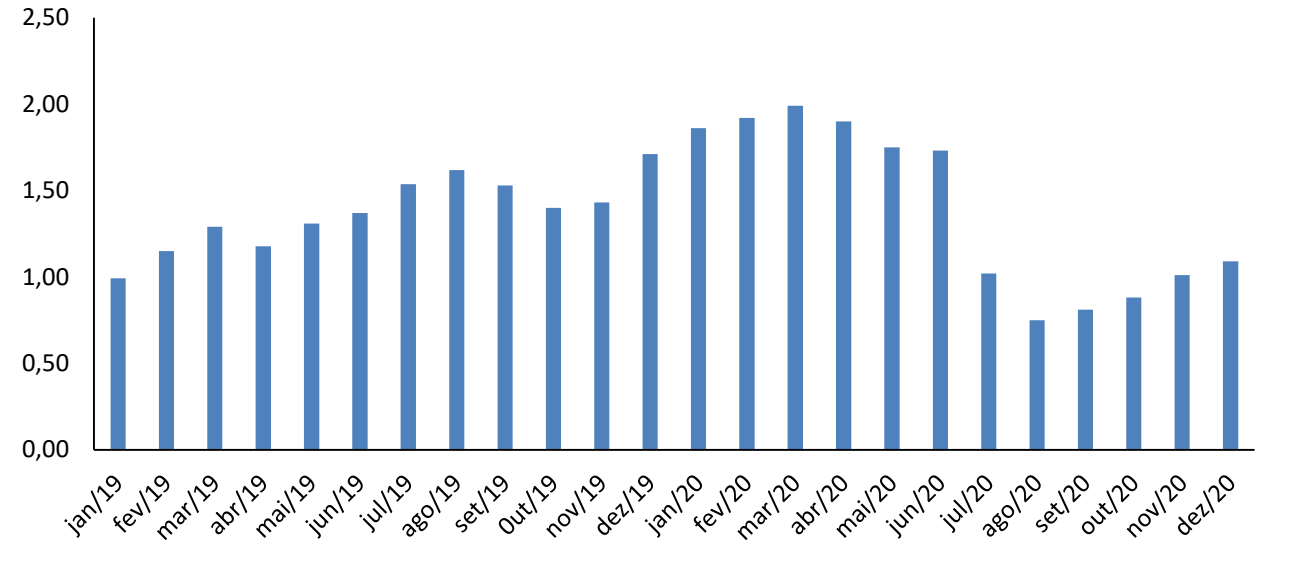
Em relação ao ranking dos países fornecedores de alho ao Brasil em 2020 (Tabela 2), destacam-se a China, com 102,7 mil toneladas, perfazendo 53,11%, a Argentina, com 72,05 mil toneladas, equivalente a 37,24%, e a Espanha em terceiro lugar, com 10,39 mil toneladas ou 5,37% do total. Em termos de valor médio FOB por país de origem, chama a atenção alho chinês, que no ano teve preço médio de US$1,02/kg. Comparativamente aos demais importantes fornecedores ao país, o alho chinês é fator de desequilíbrio no mercado do alho para os produtores nacionais.

Tabela 2. Alho – Brasil: Principais países fornecedores em 2020

Países	Valor FOB (US$ mil)	Volume (t)	Valor médio/kg
China	105.134,9	102.782	1,02
Argentina	139.449,3	72.057	1,94
Espanha	15.755,8	10.399	1,52
Egito	6.636,7	4.891	1,36
Chile	6.887,7	2.890	2,38
Peru	802,6	364	2,20
México	231,8	92	2,52
Jordânia	47,3	27	1,78
Bolívia	1,7	10	0,17
Total	274.947,8	193.511	1,42

Fonte: Comexstat/ME, janeiro/2021.

Em dezembro, o preço médio (FOB) do alho importado manteve tendência de recuperação em relação aos meses anteriores, porém ainda está muito abaixo dos patamares de jan/19 a jul/20. Em relação ao mês de novembro, o aumento foi de 7,92%, passando de um preço médio de US$1,01/kg para US$1,09/kg (Figura 1).

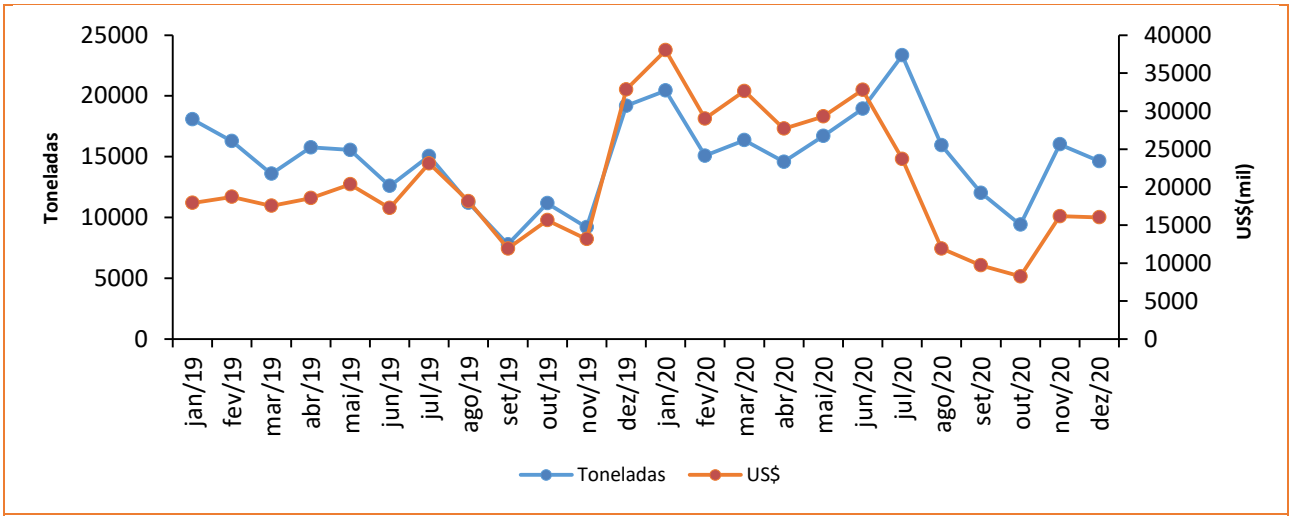


Fonte: ComexStat/ME: janeiro/2021.

Figura 1. Alho - Brasil: evolução do preço médio (FOB) de importação – jan/2019 a dez/2020 (US$/kg)

Na Figura 2 é apresentada a evolução da quantidade de alho internalizada e o desembolso mensal de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, pelo Brasil. Conforme afirmado acima, destaca-se a queda vertiginosa do preço do produto no mercado internacional a partir do mês de junho. Embora nos últimos cinco meses tenha ocorrido recuperação dos preços médios FOB, na ordem de 45%, o mercado fechou o ano de 2020 em condições nada favoráveis ao produto nacional, apesar do câmbio com dólar alto. Segundo a ANAPA

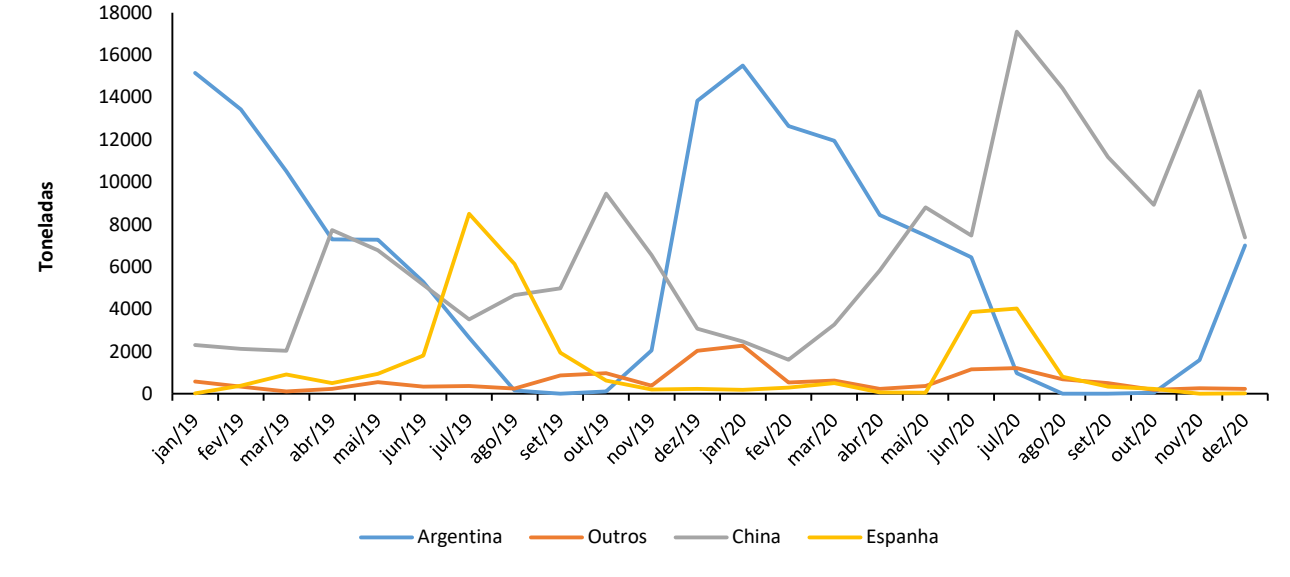
(Associação Nacional dos Produtores de Alho), essa situação foi provocada pela forte presença do alho chinês nas importações brasileiras, em função de que, apesar da tarifa antidumping, alguns dos grandes importadores conseguem liminares judiciais obtendo a isenção do pagamento da tarifa antidumping, que atualmente é de US$0,78/kg, contribuindo para prejudicar o mercado interno e o produtor de alho brasileiro. O desembolso com importação no mês de dezembro foi de US$16,01 milhões (FOB), redução de 0,87% em relação a novembro, devido a redução de 8,56% no volume importado (Figura 2).



Fonte: ComexStat/ME, janeiro/2021.

Figura 2. Alho - Brasil: volume (t) e valores (mil US$) da importação de jan/2019 a dez/2020

Em dezembro, os principais fornecedores de alho para o Brasil foram a China, com 7,38 mil toneladas, representando 50,44% do total importado, a Argentina, com 7,00 mil toneladas, 47,84% do total, e a Espanha e outros, com 252 toneladas, ou 1,72% do total (Figura3).



Fonte: Comexstat/ME, janeiro/2021.

Figura 3. Alho: Brasil - participação dos principais países fornecedores de jan/2019 a dez/2020 (t)

Cebola

Jurandi Teodoro Gugel
Engenheiro-agrônomo - Epagri/Cepa
jurandigugel@epagri.sc.gov.br

O ano de 2020 foi desafiador para a economia e diretamente para as diferentes cadeias produtivas. No caso da cebola em Santa Catarina, os desafios foram desde os reflexos da Covid-19 para implantar e conduzir as lavouras, até as bruscas mudanças na dinâmica do mercado em função da pandemia. Além da conjuntura geral da economia brasileira desde os primeiros meses do ano, a falta de chuvas em praticamente todo o ciclo da cultura e a ocorrência de granizo em regiões importantes da produção catarinense, afetaram a safra da hortaliça. Segundo o acompanhamento da Epagri/Cepa, a redução da produção deve ser de 19,22% em relação à estimativa inicial, que foi de 482.740 toneladas. Junto com as perdas em volume de produção, a safra catarinense de cebola apresenta percentual alto de bulbos de menor calibre (caixa 2). Os bulbos de menor calibre têm menor valor no mercado, afetando o diretamente o resultado econômico da atividade.

Preços e Mercado

Em termos gerais, o ano de 2020, apesar dos inúmeros desafios enfrentados pela cadeia produtiva da cebola, foi positivo para os produtores catarinenses. A comercialização da safra 2019/20 iniciou com preços variando de R$0,60/kg a R$0,68/kg no final de dezembro/19, que permaneceram até o final da primeira quinzena de janeiro. Após esse período o mercado reagiu positivamente, elevando os preços ao produtor para até R$1,50/kg no final de fevereiro e início de março, mantendo-se neste patamar ou acima até o final do ano.

Com o advento da pandemia, inicialmente o fluxo de mercado da hortaliça foi duramente afetado. No caso da CEAGESP, a redução das atividades comerciais foi de 70% no início da pandemia, impactando fortemente os negócios. À medida que o mercado foi encontrando saídas e adaptações à nova situação, a comercialização da hortaliça foi retomando seu fluxo “normal”.

Por outro lado, apesar da crise sanitária e suas consequências para a cadeia produtiva, os preços se mantiveram, desde o início da pandemia até o final do ano de 2020, em patamares acima dos custos em todas as regiões de produção. Portanto, quanto aoao mercado, apesar de tudo, o ano foi positivo para os produtores de cebola nacional. O mês dezembro iniciou com as cotações da cebola em alta, sinalizando para um cenário de bons preços para a produção sulista.

Em Ituporanga, no início da segunda quinzena de dezembro, o preço ao produtor girou em torno de R$1,47/kg, valor um pouco acima das praças de São José do Norte (RS) e Irati (PR), que no período comercializaram a hortaliça a R$1,29/kg e R$1,20/kg, respectivamente, segundo a revista HF/CEPEA.

Na CEAGESP/SP, o mês de dezembro iniciou com a cebola com os mesmos preços do final do mês de novembro, ou seja, R$2,16/kg. A partir da segunda semana do mês houve reação nos preços, passando para R$2,37/kg, aumento de 9,72% em relação ao início do mês.

No dia 18/12, os preços passaram para R$2,45/kg, mantendo-se nesse patamar até o período das festas do final do ano. Na primeira semana de janeiro, no dia 04, como reflexo da redução de negócios na virada do ano, a comercialização foi aberta a R$2,30/kg, mas imediatamente nos dias seguintes os preços subiram, fechando a primeira quinzena do ano a R$2,76/Kg, ou seja, aumento de 20% em relação ao início do mês.
No atacado da Ceasa/SC (Unidade de São José), o mês de dezembro iniciou com preço da cebola nacional a R$1,75/kg, permanecendo nesse patamar até o final do mês. Janeiro iniciou com preço de R$2,00/kg,

aumento de 14,28% em relação ao final do mês de dezembro e fechando a primeira quinzena de janeiro a R$2,25/kg, aumento de 12,5%, mantendo as perspectivas para um cenário que aponta para preços em ascendência.

Safra catarinense

Nas Regiões de Rio do Sul e Ituporanga, que detém mais de 50% da área plantada com cebola em Santa Catarina, a colheita já foi finalizada. Nas demais regiões, as perspectivas são de conclusão da colheita até o final do mês de janeiro, segundo acompanhamento da Epagri/Cepa.

Como já salientado, a safra catarinense de cebola apresenta produção de bulbos com sanidade muito boa. Esta condição permite aos produtores armazenar o produto e escalonar a comercialização com maior tranquilidade, observando o comportamento do mercado, que sinaliza cenário positivo até o momento. Um fator preocupante, porém, é a alta porcentagem de bulbos de baixo calibre, que deprecia comercialmente o produto. Segundo levantamento da Epagri/Cepa, a safra apresenta em torno de 40% de bulbos caixa 2 (diâmetro de 35 a 50mm), como decorrência dos problemas climáticos enfrentados durante o ciclo de desenvolvimento da cultura.

Importação

Em 2020, o Brasil importou 197,7 mil toneladas de cebola, volume 6,51% menor que no ano de 2019. Os meses de abril, maio e junho foram o período de maior volume de importações do ano, superarando significativamente os mesmos períodos dos anos anteriores (Tabela 1).

Tabela 1. Cebola – Brasil: importações de 2018 a 2020 (t)

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2018	417	6.549	22.546	37.380	34.323	14.422	162	115	115	230	491	1.136	**117.886**
2019	831	6.464	25.176	51.765	33.103	28.366	15.297	14.272	21.211	12.705	1.557	773	**211.520**
2020	58	218	13.860	48.370	74.214	48.347	7.788	1.364	555	2.045	293	640,51	**197.756**

Fonte: ComexStat/ME, janeiro/2021.

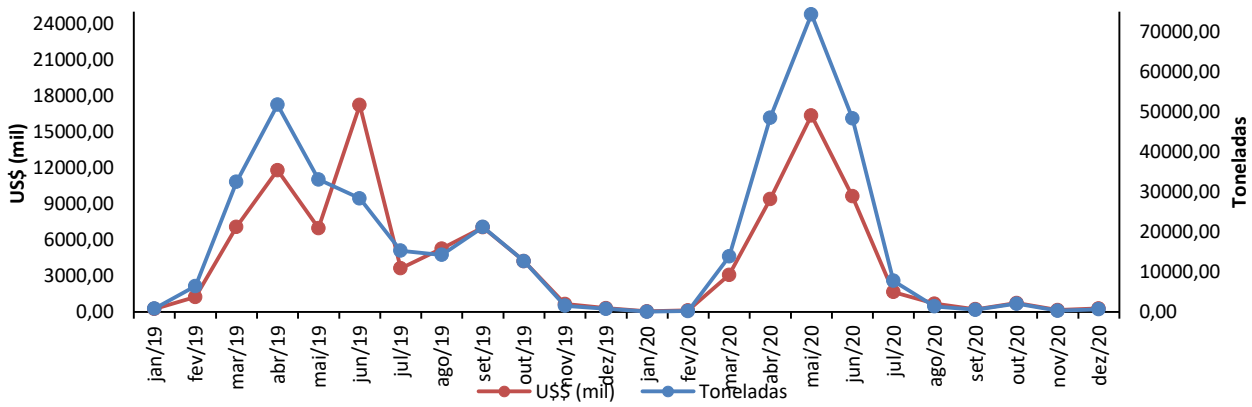
Em relação aos fornecedores de cebola ao Brasil em 2020, na Tabela 2 são apresentados os países, os respectivos volumes, valores e preço médio FOB. Destaca-se a Argentina, com 155,09 mil toneladas, perfazendo 78,43% do total importado pelo país. A seguir vem o Chile, com 23,14 mil toneladas, ou 11,70% do tota,l e em terceiro os Países Baixos, com 7,23% do total importado. O custo médio FOB foi de US$0,21/kg, puxado pelo preço da Argentina, que foi de US$0,17/kg.

Tabela 2. Cebola – Brasil: principais países fornecedores em 2020

Países	Valor FOB (mil US$)	Volume (t)	Valor US$/kg
Argentina	26.244,2	155.098,9	0,17
Chile	8.782,1	23.142,5	0,38
Países Baixos	4.976,5	14.301,9	0,35
Espanha	2.080,8	4.751,5	0,44
Nova Zelândia	118,2	234,0	0,51
Peru	49,5	122,0	0,41
Reino Unido	29,6	78,0	0,38
Bélgica	11,0	28,0	0,39
Total	**42.291,9**	**197.756,7**	**0,21**

Fonte: Fonte: ComexStat/ME, janeiro/2021.

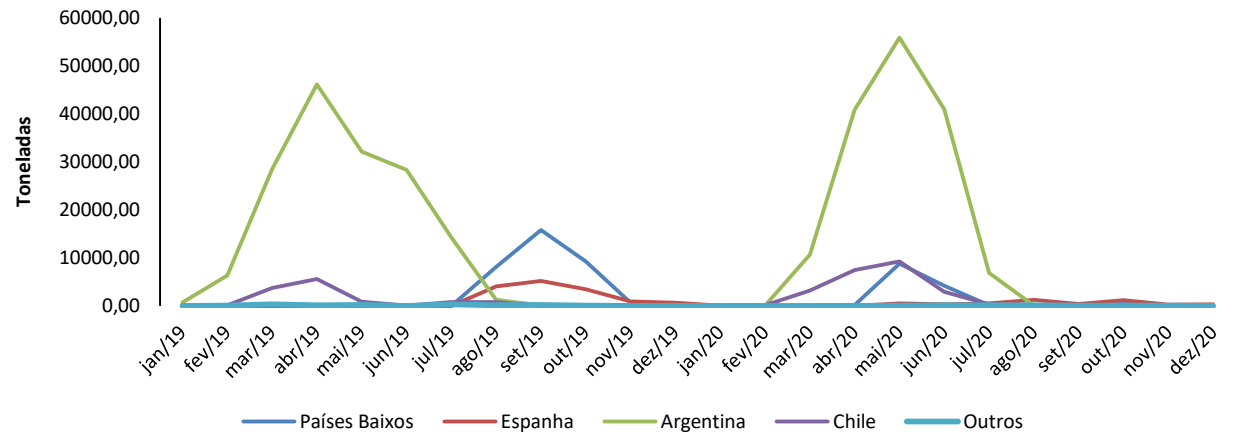
Em dezembro, foram importadas 640,51 toneladas de cebola, aumento de 218% em relação ao mês de novembro, com desembolso total de US$290,79 mil (FOB). Em comparação com dezembro de 2019, quando as importações somaram 773,35 toneladas, a redução foi de 17,17% (Figura 1). O preço médio FOB em dezembro foi de US$0,45/kg, aumento de 15,09% em relação ao mês de novembro, quando o preço foi de US$0,53/kg.



Fonte: ComexStat/ME, janeiro/2021.

Figura 1. Cebola – Brasil: importação mensal de jan/2019 a dez/2020

Os principais países fornecedores da hortaliça ao Brasil no mês de dezembro foram a Espanha, com 320,2 toneladas, ou 49,99% do total, Argentina, com 237,3 toneladas, 37,05%, Holanda com 58 toneladas, 9,06% do total e o Chile com 24,9 toneladas, 3,90% do total (Figura 2).



Fonte: ComexStat/ME, janeiro/2021.

Figura 2. Cebola – Brasil: volume importado dos principais países fornecedores – jan/2019 – dez/2020

Produtos vegetais

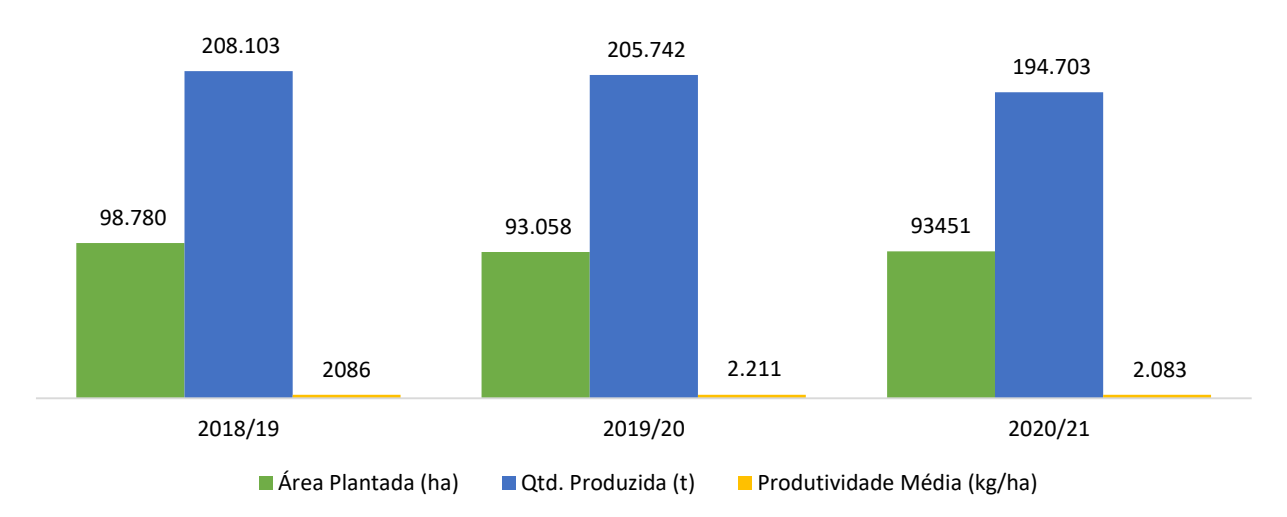
Fumo

Luís Augusto Araújo
Eng. Agrônomo, M.Sc - Epagri/Cepa
laraujo@epagri.sc.gov.br

O tabaco é uma cultura de relevância para a geração de renda em Santa Catarina, assim como para a Região Sul do Brasil. Convém relembrar que, desde 2013, em resposta à retração na demanda mundial por tabaco, constatou-se uma diminuição na área plantada de tabaco. É importante registrar que a produção de tabaco do Sul do Brasil, assim como a catarinense, também refletiu esse mesmo movimento.
Na primeira estimativa para a safra de tabaco 2020/2021 da Região Sul do Brasil, a Afubra indica a redução de 4% na quantidade a ser produzida, quando comparada à safra passada.

A produção catarinense

A área plantada de tabaco na safra 2020/21 praticamente se manteve em relação à safra anterior, com apenas 0,4% de aumento. Em sentido oposto, para a produção de tabaco da corrente safra, estima-se uma redução de 5,6% em relação à anterior, no estado. A explicação para essa estimativa de queda na produção se relaciona à redução observada no rendimento da atual safra (-6,1%), em decorrência de alguns eventos climáticos, como estiagem e granizo.



Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.
Figura 1. Tabaco – Santa Catarina: Comparativo da estimativa da safra 2020/21 com as safras 2019/20 e 2018/19.

Com base nos dados do IBGE para o período de 2008 a 2018, pode-se verificar que a produção catarinense de tabaco revelou uma taxa de crescimento negativa da área plantada (-2,5% a.a.) e da produção (-1,4% a.a.). A menor taxa verificada na queda da produção em relação aquela observada na área plantada, nesse período, tem sua explicação relacionada ao aumento verificado no rendimento (produtividade) da cultura do tabaco.

As três principais microrregiões produtoras de Santa Catarina contribuem com 70,2% da produção estadual. As estimativas de produção de tabaco apontam para uma contribuição de 43,2% da microrregião de Canoinhas, 14,8% da microrregião de Rio do Sul, 12,1% da microrregião de Ituporanga e 8,3% da microrregião de Tubarão.

Tabela 1 – Tabaco – Santa Catarina: Área plantada, quantidade produzida e rendimento estimado para a safra 2020/21 em comparação com a safra 2019/21, por Microrregião.

Microrregião	Safra 2019/20			Safra 2020/21 (estimativa atual)		
	Área Plantada (ha)	Prod. Média (kg/ha)	Quantidade Produzida (t)	Área Plantada (ha)	Prod. Média (kg/ha)	Quantidade estimada (t)
Araranguá	6.707	1.852	12.424	6.687	1.830	12.237
Blumenau	385	2.162	832	346	2.152	745
Campos de lages	957	1.787	1.710	949	2.246	2.131
Canoinhas	35.370	2.364	83.601	36.370	2.315	84.180
Chapecó	4.635	1.987	9.211	4.214	1.441	6.074
Concórdia	55	2.073	114	18	1.867	34
Criciúma	3.834	2.020	7.745	3.821	1.635	6.248
Curitibanos	587	1.820	1.069	587	1.747	1.025
Ituporanga	12.080	2.194	26.505	11.950	1.979	23.650
Joaçaba	520	1.932	1.004	473	1.549	732
Rio do Sul	13.590	2.217	30.131	13.405	2.152	28.853
São Bento do Sul	850	2.324	1.975	900	2.250	2.025
São Miguel do Oeste	3.053	1.973	6.023	3.228	1.084	3.501
Tabuleiro	780	1.910	1.490	780	2.004	1.563
Tijucas	2.220	1.947	4.322	2.320	1.938	4.496
Tubarão	6.745	2.379	16.049	6.721	2.391	16.069
Xanxerê	690	2.229	1.538	682	1.673	1.141
Santa Catarina	**93.058**	**2.211**	**205.742**	**93.451**	**2.083**	**194.703**

Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

No ranking dos dez municípios com maior produção de tabaco do Sul do Brasil na safra 2019/20, constam três municípios catarinenses: Itaiópolis, Canoinhas e Santa Terezinha.

As entidades representativas dos produtores de tabaco e lideranças das empresas fumageiras se reuniram no dia 17 de dezembro, a fim de comparar o custo de produção apurado pelas empresas e pelos representantes dos produtores. Essa reunião constituiu o marco inicial para a negociação do preço do tabaco da safra 2020/2021, que terá outras reuniões a partir de janeiro corrente.

Pecuária

Avicultura

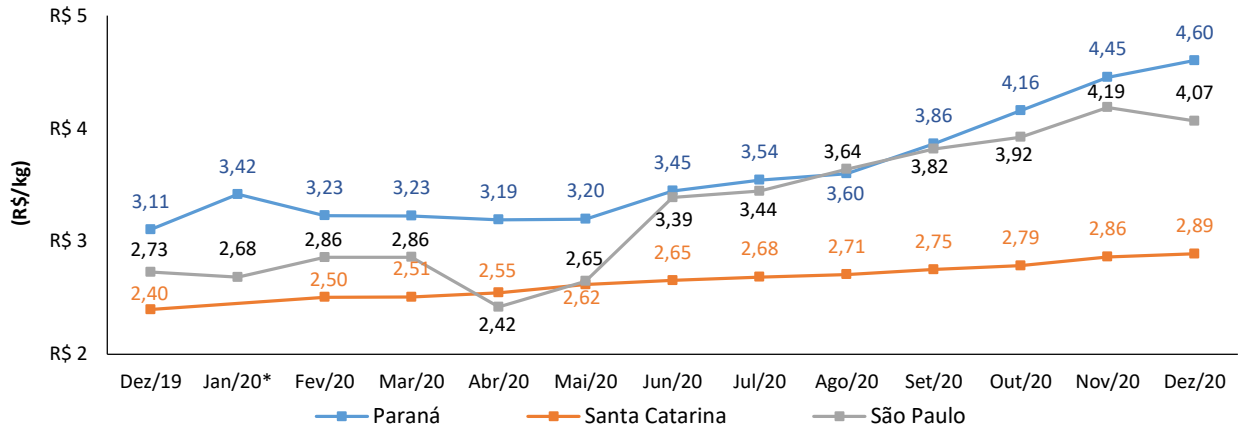
Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Preços

Depois de um ano sem sobressaltos significativos em 2019, esperava-se que 2020 fosse marcado pelo forte crescimento do setor avícola, tanto em termos de produção quanto de exportações, com projeções bastante otimistas em ambos os segmentos. Contudo, a partir de março, com o início da pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo, o cenário se mostrou, mais uma vez, conturbado. Num primeiro momento, registrou-se um forte crescimento na demanda por carne de frango, já que parcela significativa da população estocou alimentos e produtos básicos em casa, buscando se preparar para o período de restrições no convívio social que viria na sequência. Essa situação provocou pequenos aumentos nos preços de atacado da carne de frango, uma das preferidas dos consumidores, principalmente em função do preço e da facilidade de armazenagem e preparação, mas não chegou a afetar os preços ao produtor.

Posteriormente, com grande parte das famílias abastecidas e a maioria dos restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos fechados ou funcionando com restrições, os preços de atacado apresentaram tendência de queda, movimento que perdurou até meados do ano passado. Nos estados em que a produção é destinada essencialmente ao mercado interno, como é o caso de São Paulo, esse processo também impactou os preços ao produtor. Por outro lado, em estados como Santa Catarina e Paraná, altamente dependentes das exportações, os preços ao produtor mantiveram-se estáveis (Figura 1).
Ao longo do 2º semestre, com a concessão do auxílio emergencial e a disparada nos preços das carnes concorrentes (suína e bovina), aumentou a demanda pela carne de frango, o que fez com que os preços se elevassem progressivamente nesse período.

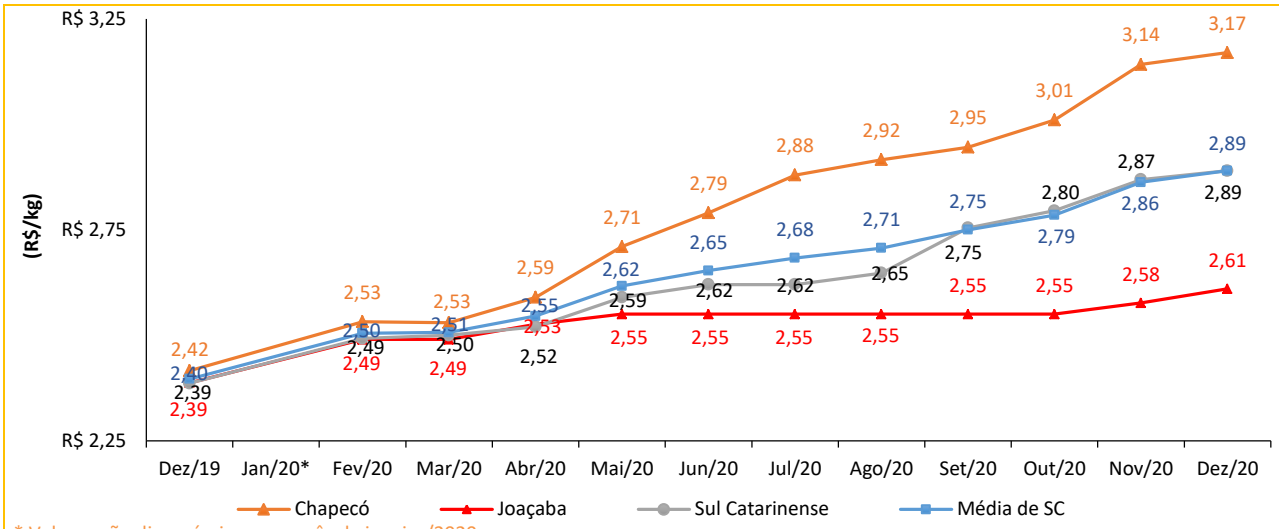
Não obstante algumas oscilações negativas, em 2020 os preços pagos ao produtor apresentaram tendência de alta no Paraná, Santa Catarina e São Paulo, alguns dos principais estados produtores. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, registraram-se variações bastante expressivas nos preços do frango vivo em dezembro de 2020: 49,1% em São Paulo, 48,2% no Paraná e 20,6% em Santa Catarina. A inflação acumulada em 2020 foi de 4,5%, segundo o IPCA/IBGE.



* Valores de Santa Catarina não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa (SC); IEA (SP); SEAB (PR), janeiro/2021.

Figura 1. Frango vivo – Santa Catarina, São Paulo e Paraná: preço médio nominal mensal pago aos avicultores

Em Santa Catarina, os preços do frango vivo também apresentaram tendência de alta em todas as praças, embora com índices bastante distintos, conforme evidencia a Figura 2. Na comparação com o ano anterior, os preços de dezembro de 2020 apresentaram alta de 31,2% em Chapecó, 21,1% no Sul Catarinense e 9,3% em Joaçaba.

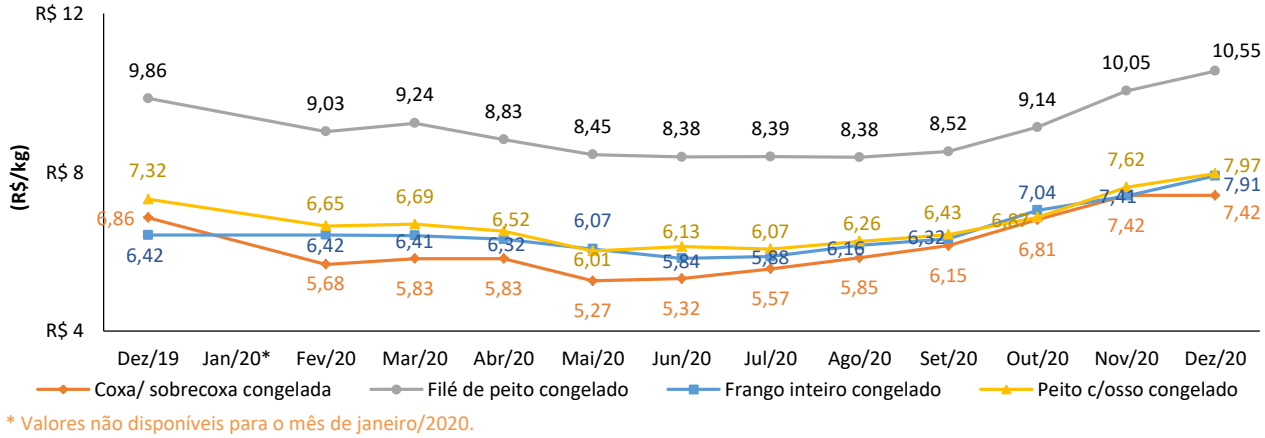


* Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 2. Frango vivo – Santa Catarina: preço pago ao produtor nas principais regiões produtoras e média estadual

No mercado atacadista, a carne de frango apresentou variações distintas, de acordo com o período do ano. Ao longo do 1º quadrimestre, predominaram os movimentos de queda, embora, no geral, tênues. É importante lembrar que em dezembro de 2019 os preços da carne de frango atingiram o ápice daquele ano, processo que afetou também as demais carnes. O 2º quadrimestre foi marcado pela relativa estabilidade dos preços, não obstante a leve tendência de alta em alguns cortes. Por fim, no último quadrimestre registraram-se altas mais expressivas em todos os cortes, fazendo com que se atingissem novos recordes de preços nominais.

Na comparação entre dezembro de 2020 e o mesmo mês de 2019, todos os quatro cortes, cujo preço de atacado é acompanhado pela Epagri/Cepa, registraram variações positivas: 23,2% para o frango inteiro congelado, 8,8% para o peito com osso congelado, 8,2% para coxa/sobrecoxa congelada e 7,0% para o filé de peito congelado. A variação média dos quatro cortes foi de 11,8%. Se considerarmos apenas o período de fevereiro a dezembro de 2020, a variação média foi de 21,9%.



* Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 3. Carne de frango – Santa Catarina: Atacado – preço médio mensal estadual

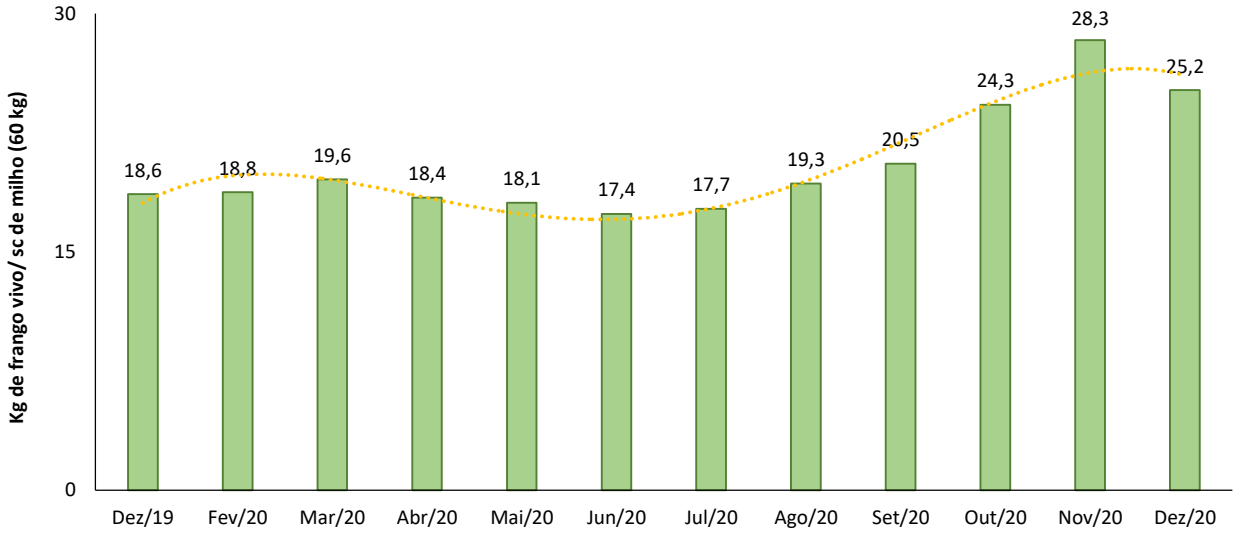
O gráfico da Figura 3 expressa bem a evolução do cenário durante o ano de 2020, descrita no início deste artigo.

Custos

Além da pandemia e suas consequências, outra grande dificuldade apresentada pelo setor avícola em 2020 foi a elevação dos custos de produção, principalmente em decorrência do aumento no valor do milho e da soja, principais componentes da ração.

O Índice de Custos de Produção do Frango (ICPFrango), calculado pela Embrapa, registrou elevação de 41,4% em 2020, decorrente, principalmente, do aumento dos custos com alimentação (34,9%) e pintos de 1 dia (4,5%).

A equivalência insumo/produto, índice utilizado para avaliar a relação entre os preços do produto e de seu principal insumo, apresentou oscilações ao longo de 2020, mas com predominância de alta no 2º semestre (Figura 4). Isto significa que aumentou a quantidade de frango vivo necessária para adquirir 1 saca de milho. Em dezembro de 2020, a relação de equivalência apresentava valor 35,2% superior àquele observado no mesmo mês do ano anterior, mas essa diferença chegou a ser de 56,6% em novembro.



Para cálculo da relação de equivalência insumo-produto utilizou-se os preços do frango vivo (ao produtor) e do milho (atacado) na praça de Chapecó, SC. Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 4. Frango vivo – Santa Catarina: quantidade necessária para adquirir uma saca de milho

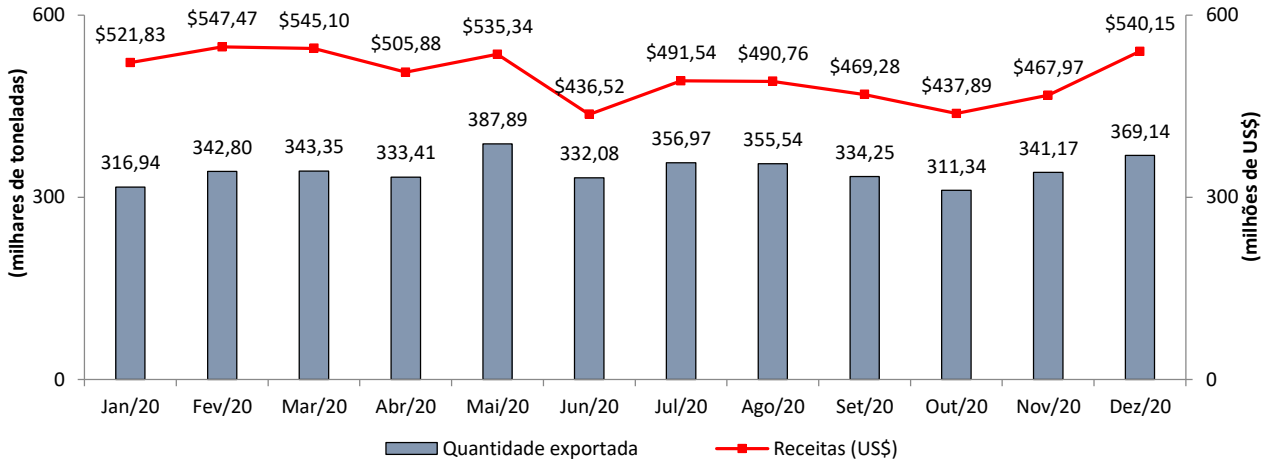
Este movimento deve-se, principalmente, à alta na cotação do milho (77,3% na comparação entre dezembro/2020 e dezembro/2019), parcialmente compensada pela elevação no preço do frango vivo nesse período (31,2%).

Comércio exterior

Em 2020, o Brasil exportou **4,12 milhões de toneladas** de carne de frango (*in natura*, industrializada e miúdos), quantidade **1,2% inferior** ao ano anterior. Em termos de receitas, a queda foi mais significativa: **US$5,99 bilhões**, **-14,1%** em relação a 2019, o que representa redução de aproximadamente US$1 bilhão. Esse é o pior resultado anual desde 2010 e deve-se, principalmente, à queda no valor da tonelada exportada.

Os embarques mantiveram-se relativamente estáveis ao longo do ano passado, como demonstra a Figura 5,

com pequenas oscilações entre um mês e outro e tendência de alta no final do 1º e do 2º semestre. Em média, foram exportadas 344 mil toneladas mensais, com faturamento de US$499,1 milhões.

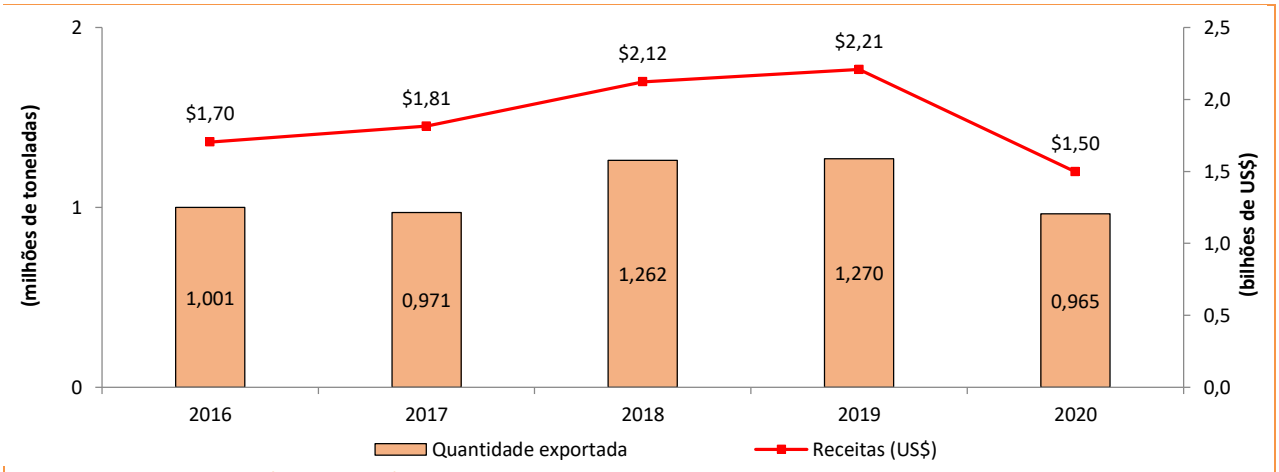


Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 5. Carne de frango – Brasil: quantidade exportada e receitas

Os cinco principais destinos externos da carne de frango brasileira no ano passado foram China, Arábia Saudita, Japão, Emirados Árabes Unidos e Países Baixos, que responderam por 55,0% das receitas do país. As exportações catarinenses, por sua vez, apresentaram desempenho inferior ao nacional: em 2020, foram embarcadas **965,03 mil** toneladas, **18,3% abaixo** do que foi registrado em 2019. Esse é o pior resultado anual desde 2014.

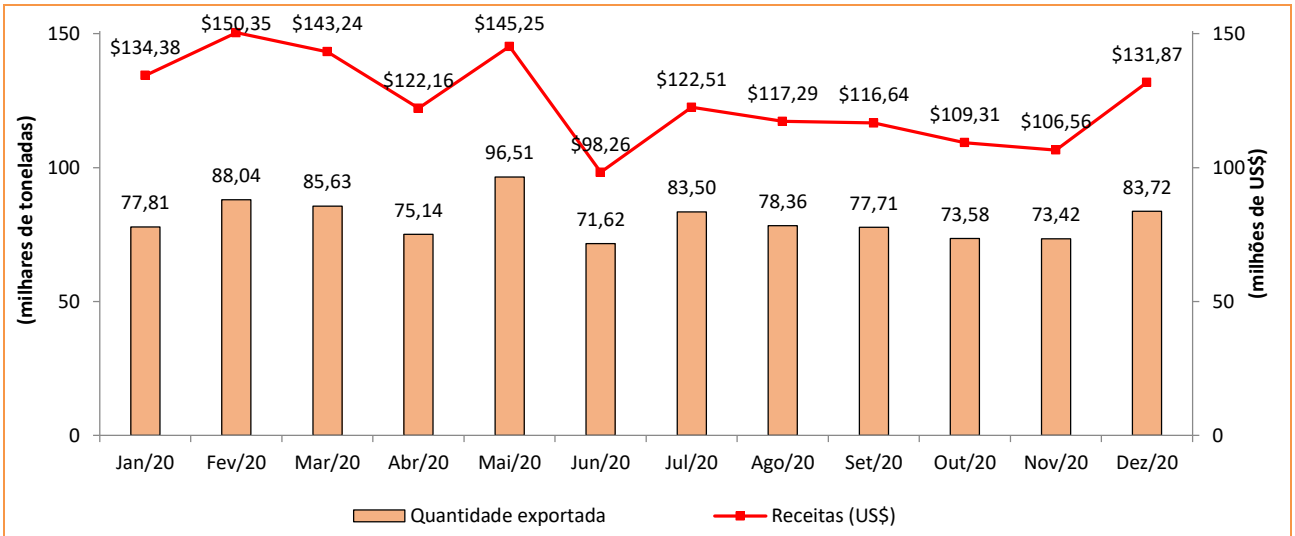
Nas receitas, a queda foi ainda mais expressiva: **US$1,50 bilhão**, **-26,9%** em relação ao ano anterior. Com isso, registrou-se o pior resultado anual desde 2007.



Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 6. Carne de frango – Santa Catarina: quantidade exportada e receitas – 2016/2020

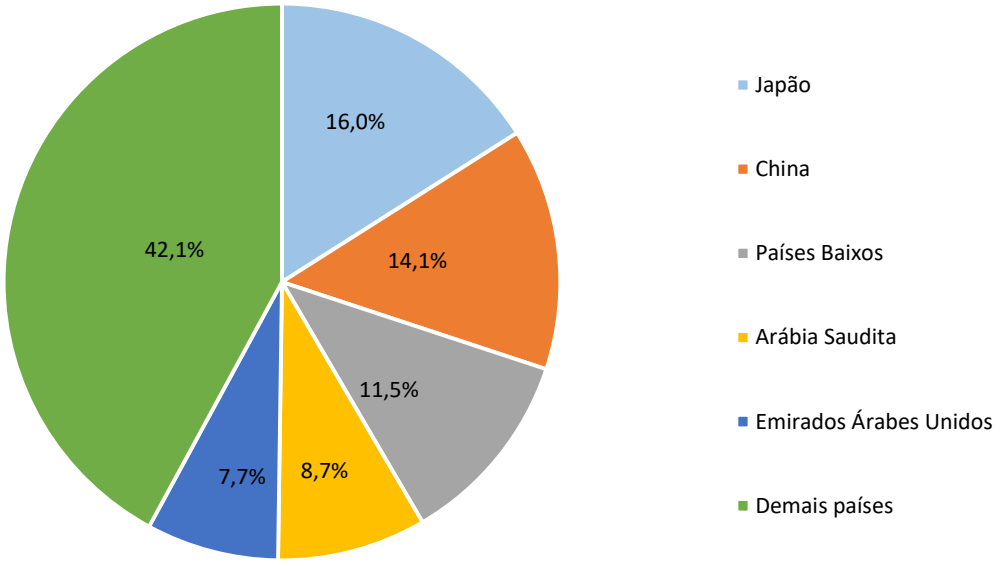
O 1º semestre de 2020 foi marcado por oscilações mais expressivas nas quantidades e valores exportados, em parte resultantes do avanço da pandemia de Covid-19 no Brasil e no restante do mundo. Ainda assim, a média mensal desse período (82,5 mil toneladas e US$130,9 milhões) foi superior ao 2º semestre (78,4 mil toneladas e US$116,3 milhões).



Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2020.

Figura 7. Carne de frango – Santa Catarina: quantidade exportada e receitas

O estado respondeu por **25,0%** do valor das exportações brasileiras de carne de frango em 2020, percentual inferior ao ano anterior, quando a participação catarinense foi de 31,7%.
Em 2020, Santa Catarina exportou carne de frango para 122 países. Os cinco principais destinos foram responsáveis por 57,9% do valor das exportações do estado.



Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 8. Carne de frango – Santa Catarina: participação dos principais destinos no valor exportado em 2020

O Japão, principal destino externo do frango catarinense, reduziu significativamente suas importações do estado em relação ao ano anterior (-32,4% em valor e -20,3% em quantidade), o que foi decisivo para a queda do total embarcado em 2020. Também se destacam as quedas nos embarques para outros importantes compradores, como China (-21,1% em valor e -15,1% em quantidade), Arábia Saudita (-29,2% e -19,2%), Emirados Árabes Unidos (-38,6% e -27,7%) e Iraque (-72,9% e -72,8%), entre outros. Dentre os dez maiores importadores, somente no caso dos Países Baixos verificou-se variação positiva (6,7% e 10,4%). A Arábia Saudita, que há alguns anos era o principal destino do frango brasileiro, reduziu suas importações a partir de 2019, com o objetivo de estimular a produção nacional e atingir a meta de 80% de autossuficiência, estipulada pelo governo daquele país. Contudo, em função da pandemia de Covid-19, dos

desafios produtivos impostos pela gripe aviária e da queda nos preços do petróleo, os sauditas voltaram a ampliar suas importações desde o final do ano passado.

Perspectivas para 2021

O ano de 2021 deverá ser moderadamente positivo para o setor avícola, apesar de diversos desafios que se impõem. Em relação ao mercado externo, o Rabobank projeta crescimento de 1% nas exportações brasileiras de carne de frango em 2021, impulsionadas, principalmente, pela retomada das compras da Arábia Saudita. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), por sua vez, estima um crescimento de 0,5% a 3,6% no volume embarcado.

Segundo a ABPA, a produção brasileira de carne de frango deve crescer de 3,3% a 5,5% em 2021, ancorada tanto nas exportações quanto no mercado interno (que deve apresentar incremento de 3,0% a 6,5% este ano, avalia a entidade).

Ainda em relação ao mercado externo, é relevante destacar que o surto de influenza aviária altamente contagiosa que tem se espalhado por países da Ásia e Europa, pode resultar em oportunidades de exportação para o Brasil, maior fornecedor global de carne de frango, devido a possíveis suspensões de embarque oriundos de regiões contaminadas. Recentemente, Hong Kong suspendeu a importação de carne e subprodutos de aves de regiões do Japão e França, devido aos surtos da gripe aviária. Anteriormente, a Administração Geral de Alfândegas da China (GACC, na sigla em inglês) já havia suspenso a importação da carne de frango francesa.

Quanto ao mercado interno, a expectativa é que a competitividade da carne de frango em relação a suas concorrentes (suínos e bovinos) continue elevada em 2021. De acordo com o Cepea, a provável retomada do crescimento econômico tende a ocorrer de forma gradual, e, com isso, o poder de compra dos consumidores deve continuar enfraquecido, o que, por sua vez, favorece as vendas de carne de frango, que possui valores mais baixos que das concorrentes.

Um dos principais fatores que devem preocupar o setor ao longo deste ano é o aumento nos custos de produção. As exportações brasileiras de milho, principal componente das rações, deverão se manter elevadas em 2021, o que diminui a oferta no mercado interno e resulta em alta nos preços do produto. Associado a isso, problemas climáticos em diversas regiões podem resultar em queda na produção do cereal. Mesmo que venham acontecer recuos nos preços do milho, estes não devem ser expressivos, mantendo o grão em patamares elevados ao longo deste ano. Esse cenário deve resultar em novas altas nos preços da carne de frango em 2021.

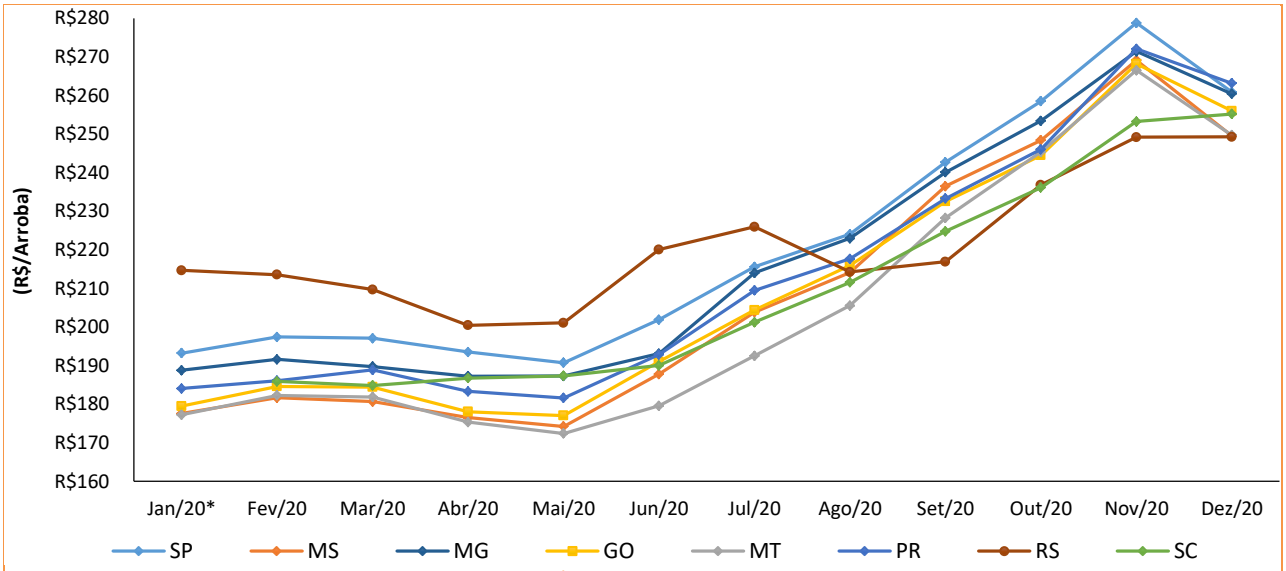
Bovinocultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Preços

O mercado do boi gordo começou 2020 relativamente estável, depois dos fortes movimentos de alta no último trimestre do ano anterior. Contudo, após o início da pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo, verificaram-se variações negativas na quase totalidade dos estados. Esse cenário é decorrente, principalmente, da queda na demanda, em função do fechamento ou funcionamento parcial de restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos relevantes no consumo de carne bovina. Um fator sazonal também contribuiu nesse cenário: nos primeiros meses do ano costumam entrar no mercado os animais engordados a pasto durante o período de "safra" (primavera e verão).

Com o avanço da "entressafra" (a partir de maio) e o crescimento das exportações de carne bovina, como veremos adiante, os preços do boi gordo voltaram a apresentar fortes altas, movimento que perdurou durante quase todo o 2º semestre. Conforme é possível observar na Figura 1, em dezembro registrou-se queda nas cotações na maioria dos estados, fenômeno decorrente, essencialmente, do consumo aquém do esperado para esse período no mercado interno.

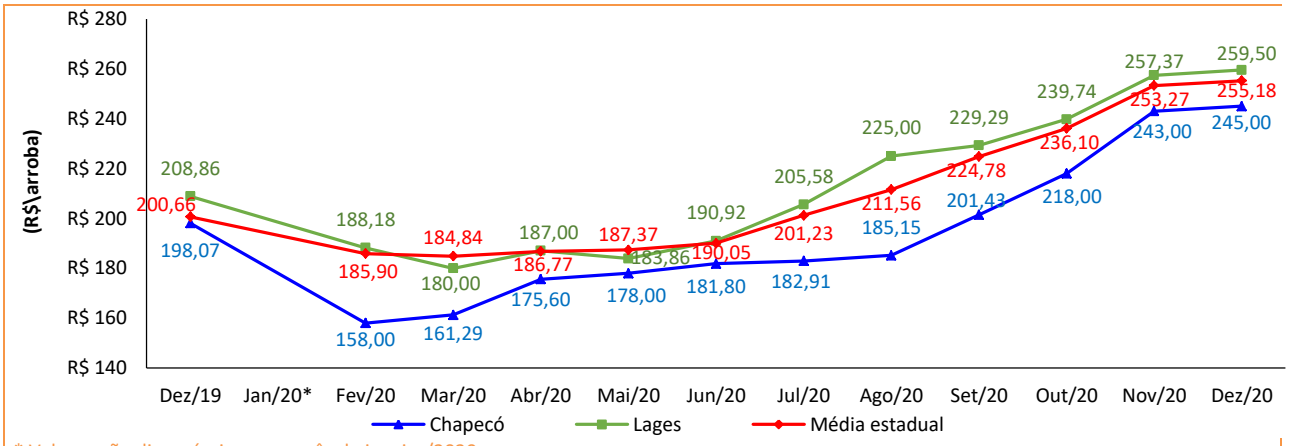


* Valor de Santa Catarina não disponível para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa[(1)]; Cepea[(2)]; SEAB[(3)]; Nespro[(4)], janeiro/2021.

Figura 1. Boi gordo – SC[(1)], SP[(2)], MG[(2)], GO[(2)], MT[(2)], MS[(2)], PR[(3)] e RS[(4)]: evolução dos preços da arroba – 2020

Na comparação entre os preços de dezembro de 2019 e aqueles praticados no mesmo mês de 2020, verifica-se que todos os estados analisados apresentaram variações positivas bastante significativas: 34,4% no Mato Grosso, 34,0% no Mato Grosso do Sul, 33,4% no Paraná, 32,6% em Goiás, 28,8% em Minas Gerais, 26,7% em São Paulo, 27,2% em Santa Catarina e 13,1% no Rio Grande do Sul. Os percentuais anteriormente mencionados levam em consideração os valores nominais, ou seja, não contabilizam as perdas inflacionárias. A inflação acumulada em 2020 foi de 4,5%, segundo o IPCA/IBGE. Vale mencionar que um dos fatores que impactou fortemente a inflação no ano passado foram os alimentos, em especial as carnes.
Em Santa Catarina, os preços do boi gordo também apresentaram dois movimentos distintos ao longo do ano. Num primeiro momento, verificou-se queda e posterior estabilidade em todas as praças, o que era esperado, já que os primeiros meses do ano caracterizam-se pela menor demanda de carne bovina e

aumento na oferta de animais, conforme já mencionado. Além disso, é necessário lembrar que no final de 2019 verificou-se alta acima do normal nos preços do boi gordo, o que tornou a queda mais acentuada. Chama atenção que, mesmo no início da pandemia, quando a maioria das proteínas de origem animal foi afetada pelo fechamento de restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos semelhantes e pela interrupção do abate em alguns frigoríficos, o preço dos bovinos apresentou leves altas nas praças catarinenses de referência.



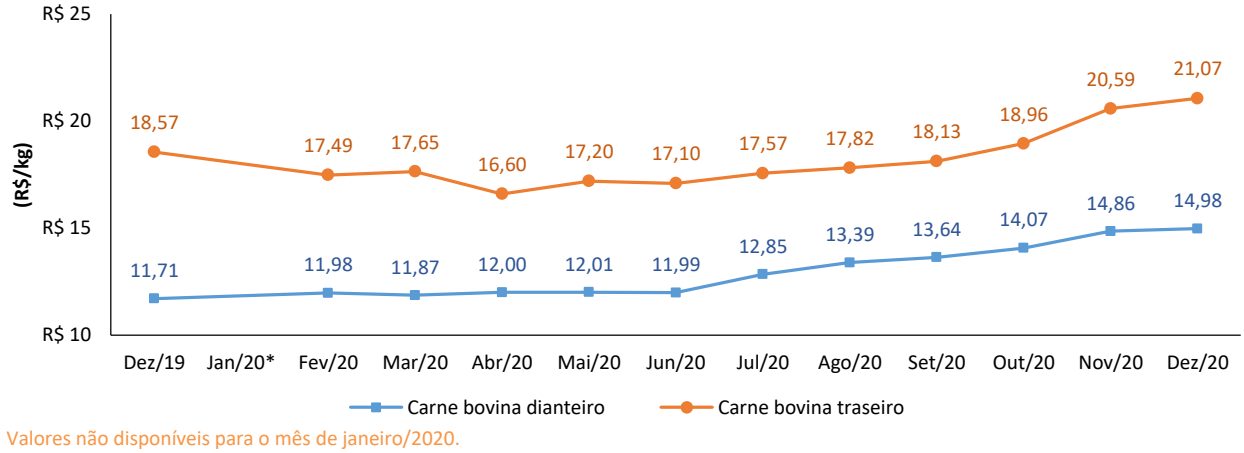
* Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 2. Boi gordo – Santa Catarina: evolução do preço médio mensal nas praças de referência e média estadual

Posteriormente, a partir do início do 2º semestre, passaram a imperar movimentos de alta mais acentuados, impulsionados pelo crescimento das exportações brasileiras de carne bovina e baixa oferta de animais prontos para abate.

Na comparação entre os preços de dezembro de 2020 e aqueles praticados no mesmo mês do ano anterior, há variações bastante significativas nas duas praças de referência: 23,7% em Chapecó e 24,2% em Lages. A média estadual, elaborada a partir dos preços de 10 praças de coleta, também apresentou alta expressiva: 27,2%. Contudo, vale lembrar que em dezembro de 2019 registrou-se o pico de preços daquele ano. Quando se compara com novembro/2019, a média estadual registra alta ainda mais expressiva: 51,9%.

De forma semelhante aos preços ao produtor, os preços de atacado da carne bovina mantiveram-se relativamente estáveis em Santa Catarina ao longo do 1º semestre de 2020, com predominância de altas significativas na segunda metade do ano. Em relação ao mesmo mês de 2019, os preços de dezembro de 2020 apresentaram alta de 27,9% para a carne de dianteiro e de 13,5% para a de traseiro.



* Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 3. Carne bovina – Santa Catarina: Atacado – preço médio mensal estadual

Assim como já havia ocorrido no ano anterior, os aumentos nos preços da carne bovina e do boi gordo em 2020, tanto em nível estadual quanto nacional, são decorrentes da conjunção de diversos fatores, detalhados na sequência.

Elevação nos custos de produção

Embora as pastagens sejam a base da alimentação de quase 90% dos animais abatidos no país, parte desse rebanho recebe suplementação alimentar em alguma fase do seu ciclo de vida. Desde 2019, as cotações do milho e da soja, que são a base das rações animais, vêm registrando recordes sucessivos, processo que se intensificou em 2020. Esse cenário encareceu e desestimulou a produção de bovinos confinados e impactou nos custos de produção de outros sistemas produtivos.
Em Santa Catarina, observou-se um problema adicional: a estiagem que afetou o estado em 2019 e 2020 prejudicou severamente o desenvolvimento das pastagens anuais e perenes nas principais regiões produtoras de bovinos, o que reduziu o ritmo de ganho de peso e obrigou muitos produtores a buscarem formas de suplementação alimentar, aumentando os custos de produção.

Ampliação do abate de fêmeas

Nos últimos anos, observou-se um pequeno aumento no abate de fêmeas (vacas e novilhas), o que reduz o nascimento de bezerros nos anos seguintes e, dessa forma, diminui a oferta de bovinos no mercado. Esse processo costuma ocorrer em períodos de estagnação nos preços pagos ao produtor, o que desestimula a retenção de fêmeas por parte dos pecuaristas. Em 2016, de acordo com os dados do IBGE, as fêmeas representaram 38,6% dos animais abatidos no Brasil, um dos menores índices da década. Contudo, nos anos seguintes esse percentual subiu, atingindo 41,6% em 2018.

Desvalorização do real em relação ao dólar

A significativa desvalorização do real em relação ao dólar também contribuiu para esse cenário, uma vez que melhorou a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional e, ao mesmo tempo, ampliou a sua rentabilidade, tornando essa alternativa mais atraente que o mercado interno. Esse cenário favoreceu as exportações em 2020.

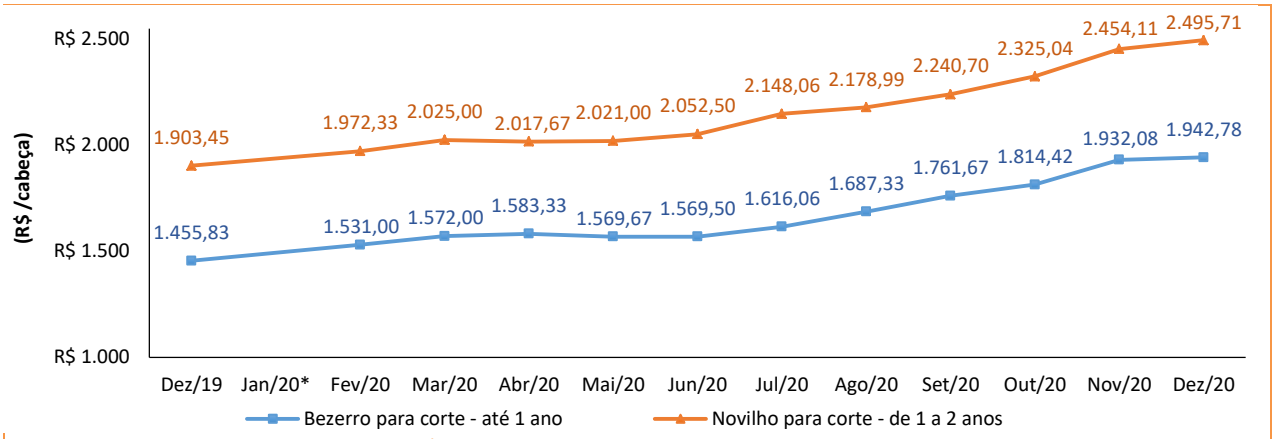
Aumento das exportações de carne bovina

Desde o 2º semestre de 2018, as exportações brasileiras de carne bovina vêm apresentando números bastante expressivos, movimento que se manteve em 2019 e 2020. Um dos fatores que têm contribuído para esses resultados é a ampliação dos embarques para a China, que desde agosto de 2018 enfrenta um grave surto de Peste Suína Africana (PSA), doença que provocou uma redução de mais de 40% no rebanho suíno do país. Tal cenário levou os chineses a ampliarem suas importações de proteínas de origem animal, com vistas a atender sua demanda, como veremos adiante. Com isso, a oferta de carne bovina no mercado brasileiro ficou mais restrita, pressionando os preços do produto.

Custos

Assim como a produção das demais proteínas animais, a bovinocultura também enfrentou desafios adicionais em 2020, além da pandemia. Uma das dificuldades foi a elevação dos custos com nutrição, decorrente da expressiva elevação da cotação do milho e da soja, o que afetou principalmente os animais confinados. Diversas regiões do país e do estado enfrentaram ainda uma severa estiagem ao longo do ano passado, a qual prejudicou o desenvolvimento de pastagens e levou à necessidade de suplementação alimentar dos animais criados à pasto, conforme mencionado anteriormente.

O mercado de animais de reposição também apresentou tendência de alta em 2020. Esse comportamento está relacionado à elevação nos preços do boi gordo, que elevou a demanda por animais jovens. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, os preços médios estaduais de dezembro de 2020 apresentaram altas de 33,4% para os bezerros de até 1 ano e de 31,1% para os novilhos de 1 a 2 anos.

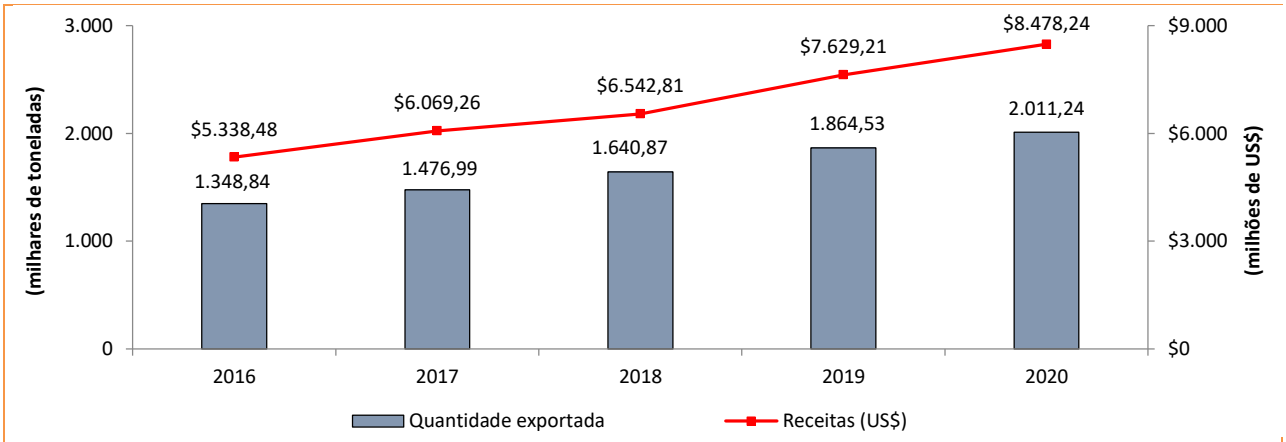


* Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 4. Bezerro e novilho para corte – Santa Catarina: evolução do preço médio estadual

Comércio exterior

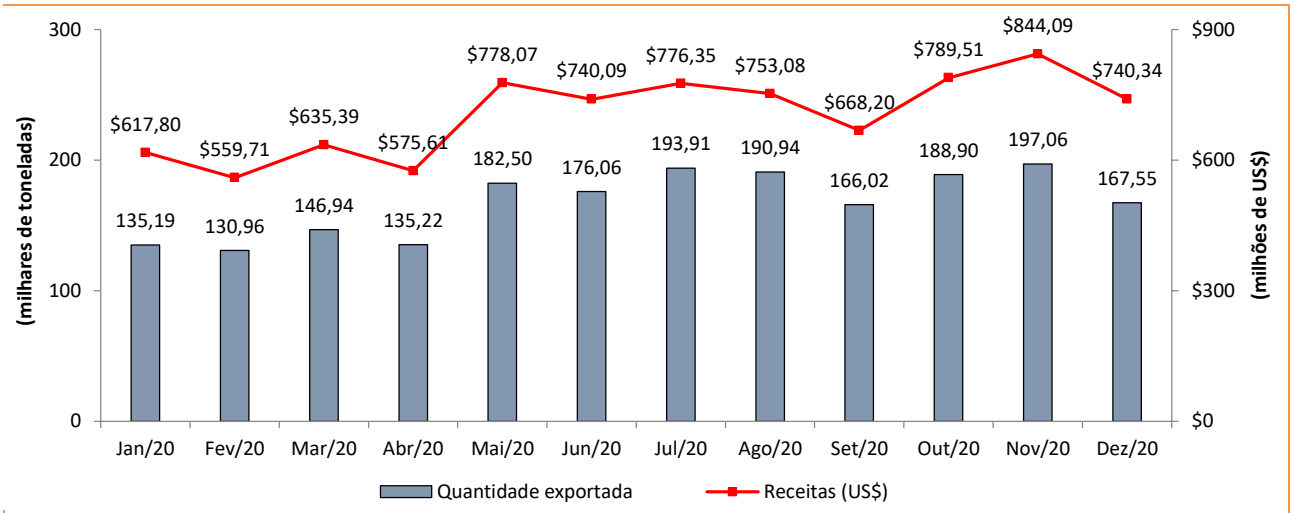
Em 2020, o Brasil exportou **2,01 milhões** de toneladas de carne bovina (*in natura*, industrializada e miudezas), aumento de **7,9%** em relação a 2019, estabelecendo um novo recorde e consolidando a posição do país como principal exportador mundial desse produto. As receitas também apresentaram variação positiva, superando o recorde do ano anterior: **US$8,48 bilhões**, incremento de **11,1%**. Como evidencia a Figura 5, os últimos anos são marcados por aumentos sucessivos na exportação desse produto.



Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 5. Carne bovina – Brasil: quantidade exportada e receitas – 2016/2020

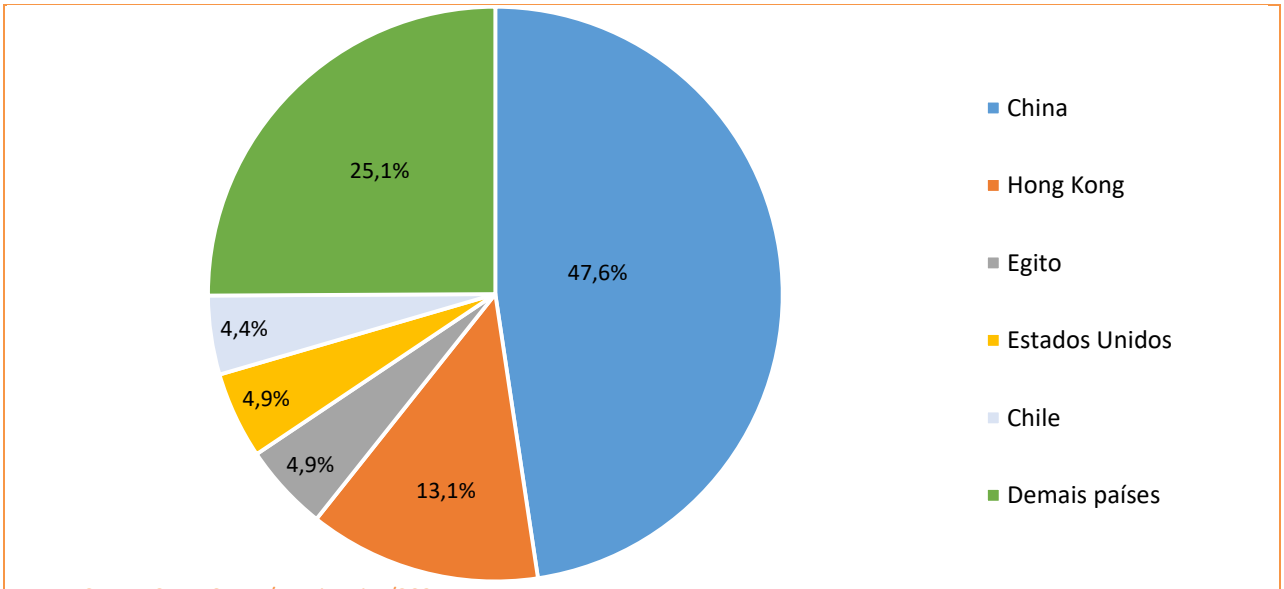
Não obstante algumas variações negativas, ao longo do ano passado predominou a tendência de alta, tanto em quantidade quanto em valor (Figura 6).



Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 6. Carne bovina – Brasil: quantidade exportada e receitas – 2020

A carne bovina brasileira foi exportada para 156 países em 2020. Apesar desse expressivo número de destinos, os cinco principais compradores responderam por quase ¾ (74,9%) das receitas geradas no período.



Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 7. Carne bovina – Brasil: participação dos principais destinos no valor exportado em 2020

Somando-se as exportações para a China continental e Hong Kong (região administrativa da China), verifica-se que esses destinos responderam por 60,7% do total, demonstrando o elevado grau de concentração do mercado externo da carne bovina brasileira. Vale destacar que, em 2019, a participação de China e Hong Kong era de 49,9%.

Os bons resultados do ano passado devem-se, principalmente, ao aumento das aquisições da China (**74,5%** em quantidade e **50,4%** em valor), ampliando sua liderança nesse mercado. Também merece destaque o crescimento dos embarques para os Estados Unidos, 4º principal destino, com variações de 53,8% em quantidade e 30,2% em valor. Esse resultado é decorrente, em grande medida, da abertura do mercado estadunidense para a carne bovina *in natura* brasileira, concretizada em fevereiro de 2020.

Assim como já havia ocorrido em 2019, Santa Catarina voltou a registrar queda nas exportações de carne

bovina em 2020. Foram embarcadas **3,06 mil toneladas**, com receitas de **US$ 9,51 milhões**, quedas de **19,5%** e **14,1%** em relação ao ano anterior, respectivamente. O principal destino foi Hong Kong, com 50,0% das receitas.

Perspectivas para 2021

Assim como já ocorreu em 2020, este deve ser um ano favorável para o setor produtivo da carne bovina do Brasil, principalmente em função do mercado externo. As exportações brasileiras de carnes bovina devem continuar elevadas em 2021, favorecidas por questões cambiais (desvalorização do real frente ao dólar) e pela demanda chinesa. O Rabobank projeta um crescimento de 5,5% no volume exportado pelo Brasil, na comparação com 2020.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), por sua vez, estima um crescimento de 6% nas exportações de carne bovina deste ano. Segundo a entidade, essa previsão está alicerçada na expectativa de habilitação de novos frigoríficos brasileiros pela China, principal destino da carne brasileira. A Abiec aponta a existência de 26 plantas frigoríficas prontas para receber a habilitação por parte dos chineses. Vale destacar que a China interrompeu o processo de habilitação de novas unidades no início de 2020, em função da pandemia.

No cenário doméstico, o Rabobank aponta que em 2021 a bovinocultura deve continuar sendo afetada pelas incertezas decorrentes da Covid-19, pela baixa oferta de animais prontos para abate e pelos elevados custos de produção. Com isso, os preços do boi gordo devem se manter em patamares elevados, o que também deve ser observado em relação aos preços de atacado da carne bovina.

Suinocultura

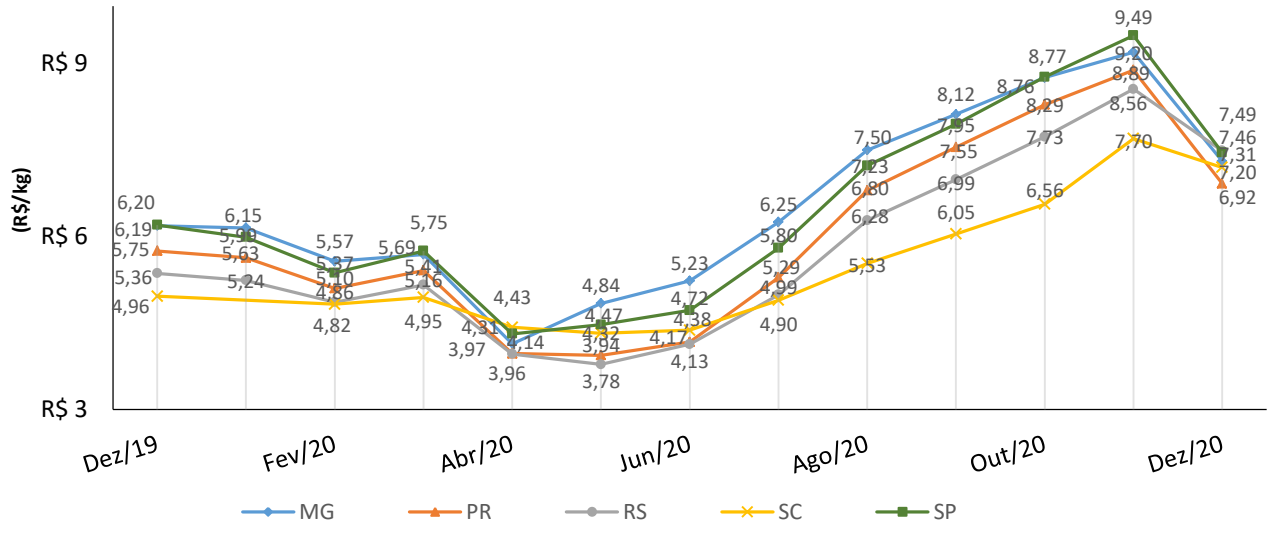
Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Preços

2019 foi um excelente ano para a suinocultura brasileira e 2020 prometia ser ainda mais favorável. No entanto, com o advento da Covid-19, o cenário tornou-se mais conturbado do que apontavam as projeções iniciais.

O ano de 2020 começou com queda nos preços ao produtor em praticamente todos os estados produtores, o que já era esperado, já que no final de 2019 foram registrados recordes históricos nas cotações dos animais vivos. Contudo, com o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, em março, os preços apresentaram quedas drásticas em abril, mantendo esse patamar relativamente inalterado nos dois meses seguintes. A partir de junho, com a gradativa reabertura de estabelecimentos comerciais na maioria dos estados que haviam adotado medidas de restrição para controlar a disseminação do coronavírus, bem como o crescimento das exportações, como veremos adiante, votaram a ser observados movimentos de alta bastante acentuados, atingindo-se recordes históricos na maioria dos estados acompanhados (Figura 1). Em dezembro, registrou-se queda nos preços em todos os estados, fenômeno decorrente, essencialmente, do consumo aquém do esperado para esse período no mercado interno.

Na comparação entre os preços médios de dezembro de 2020 e os valores registrados no mesmo mês de 2019, as variações são significativas nos cinco estados analisados: 45,1% em Santa Catarina, 39,7% no Rio Grande do Sul, 20,3% em São Paulo, 20,3% no Paraná e 18,1% em Minas Gerais. A inflação acumulada em 2020 foi de 4,5%, segundo o IPCA/IBGE.



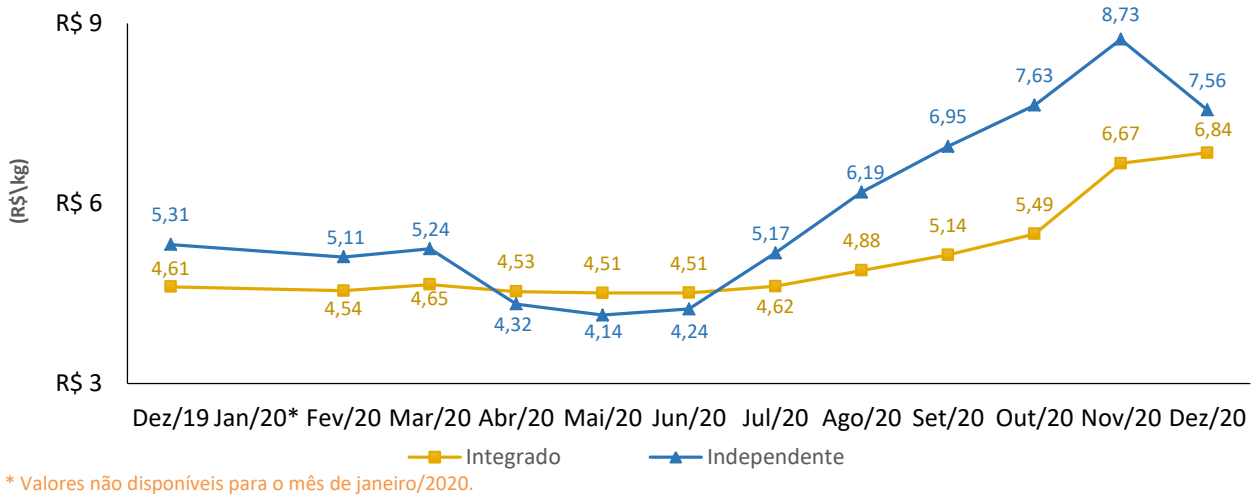
* Valor de Santa Catarina não disponível para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Cepea (MG, PR, RS e SP) e Epagri/Cepa (SC), janeiro/2021.

Figura 1. Suíno vivo – SC, MG, PR, RS e SP: evolução do preço ao produtor nos principais estados

Há que se levar em consideração duas questões: 1) em dezembro de 2019 registrou-se o pico de preços daquele ano; 2) dezembro de 2020 apresentou queda acentuada em relação ao mês anterior, movimento que perdeu forças nos últimos dias daquele mês. Quando se comparam os preços de novembro/2020 com

o mesmo mês do ano anterior, por exemplo, as variações são superiores a 65% em todos os estados analisados.

Em Chapecó, praça de referência para o preço do suíno vivo em Santa Catarina, também se verificou movimentos distintos de acordo com o período e o tipo de produtor. No caso dos produtores integrados, o 1º semestre foi marcado pela estabilidade e o 2º pelas altas. Os preços pagos aos produtores independentes, por sua vez, foram mais afetados pelas questões conjunturais. Após o início da pandemia, houve queda significativa nos preços, principalmente em razão das medidas de restrição ao convívio social. Contudo, a partir do início do 2º semestre se observam altas bastante expressivas, essencialmente decorrentes do elevado volume de exportações. A queda verificada em dezembro tem relação com a fraca demanda no mercado interno, conforme já mencionado.



* Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 2. Suíno vivo – Santa Catarina: preço médio mensal ao produtor independente e produtor integrado

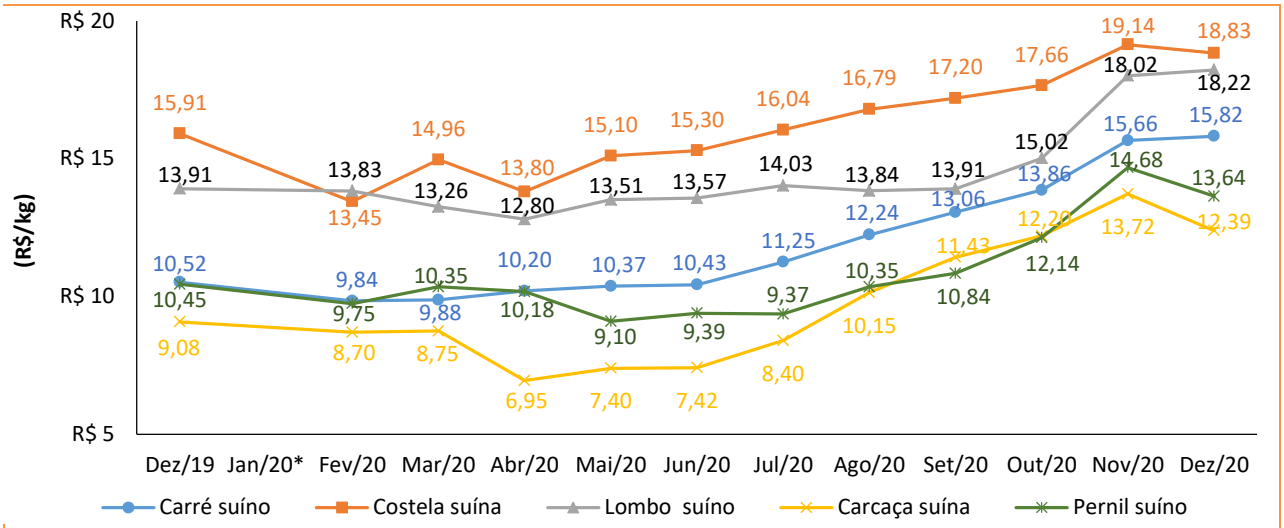
O mercado atacadista também apresentou comportamentos distintos ao longo de 2020. O ano iniciou com quedas em relação a dezembro de 2019, movimento sazonal dos preços das carnes. Em março, quando o mercado parecia ter atingido certo equilíbrio, a chegada da Covid-19 ao Brasil afetou significativamente o setor e novas quedas foram registradas. O fechamento de restaurantes, bares, lanchonetes, hotéis e outros estabelecimentos, responsáveis por parcela significativa do consumo de carne suína, aumentou a disponibilidade desse produto no mercado, o que resultou em queda nas cotações. Além disso, a acentuação da crise econômica em decorrência da pandemia fez com que muitos consumidores reduzissem o consumo ou substituíssem a carne suína por opções mais baratas, como carne de frango e ovos.

A partir de junho os preços voltaram a subir, dessa vez de forma bastante expressiva, atingindo patamares recordes em novembro. Essa situação é decorrente, principalmente, do aumento das exportações de carne suína nesse período, como veremos adiante. Além disso, a concessão do auxílio emergencial garantiu uma renda mínima a milhões de famílias impactadas pela pandemia, sendo grande parte dos recursos utilizados para a aquisição de alimentos.

Em dezembro de 2020, a maioria dos cortes suínos voltou a registrar queda nos preços de atacado. Esse movimento é decorrente de dois fatores centrais: 1) consumo de carne suína aquém do esperado para o período, principalmente em função dos preços elevados; 2) o iminente término do auxílio emergencial, que levou muitos beneficiários a buscar produtos com preços mais acessíveis, de forma a ampliar a duração dos recursos.

Mesmo com as variações negativas observadas em dezembro de 2020, todos os cinco cortes

acompanhados pela Epagri/Cepa apresentaram variações importantes em relação ao mesmo mês do ano anterior: carré (50,4%), carcaça (36,4%), lombo (31,0%), pernil (30,6%) e costela (18,4%). Na média, a variação foi de 33,3%. Considerando-se apenas o período de fevereiro a dezembro de 2020, a variação média foi de 42,0%.



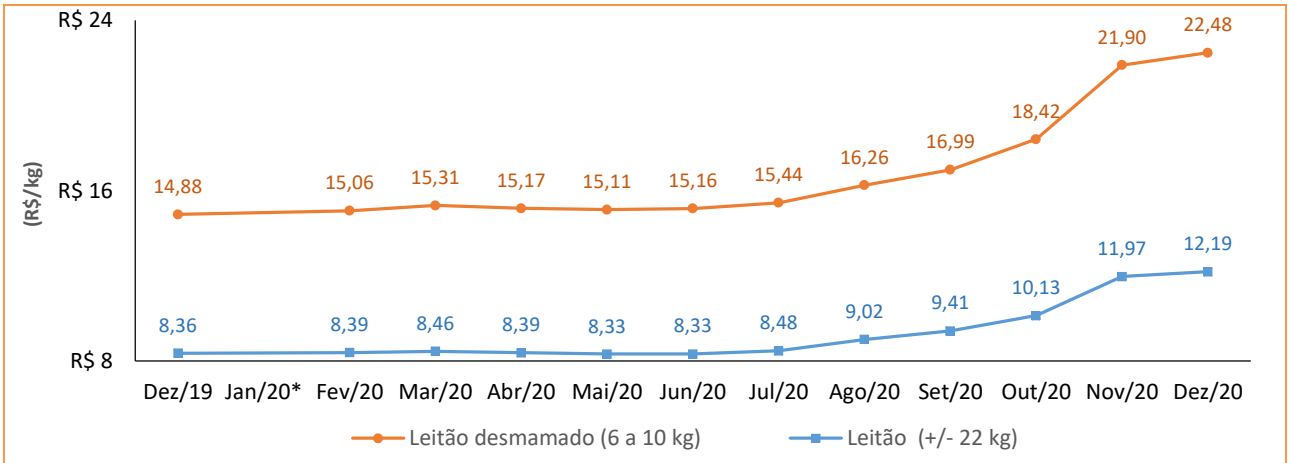
* Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 3. Carne suína – Santa Catarina: preço médio mensal estadual de diversos cortes suínos no atacado

Custos

Além da pandemia e suas consequências, outro problema que o setor suinícola enfrentou no ano passado foi a elevação dos custos de produção, principalmente em função das altas cotações do milho e da soja, principais componentes das rações.

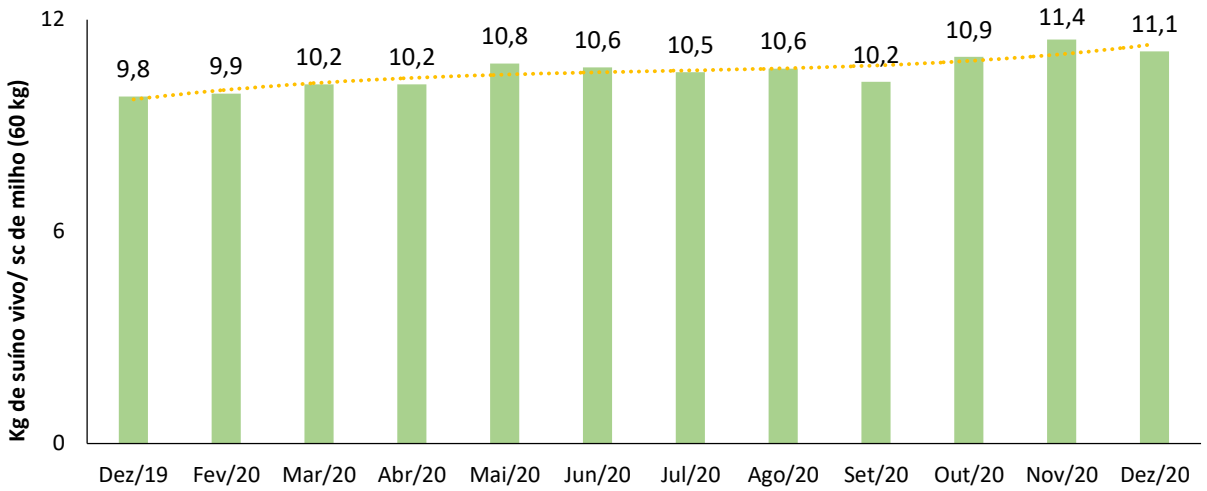
Segundo o Índice de Custos de Produção do Suíno (ICPSuíno), calculado pela Embrapa, em 2020 registrou-se variação de 50,4% nos custos de produção, decorrente, principalmente, do aumento de 45,2% no desembolso com alimentação dos animais, item que representa mais de 82% dos custos totais.
Os preços dos leitões também registraram movimentos de alta ao longo de todo o ano de 2020. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, os valores de dezembro de 2020 exibiram altas de 51,1% para os leitões de 6 a 10kg e de 45,8% para leitões com +/-22kg.



* Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 4. Leitões – Santa Catarina: preço médio mensal por categoria

A relação de equivalência insumo/produto, índice calculado pela Epagri/Cepa a partir dos preços do suíno vivo e do milho no atacado, ambos referentes à praça de Chapecó, também apresentou tendência de alta em 2020 (Figura 5). Esse movimento foi decorrente, principalmente das elevações significativas no preço do milho. Segundo esse índice, a quantidade de suíno vivo necessária para adquirir 1 saca de milho no final de 2020 foi 12,9% superior ao que se registrou no mesmo período de 2019. Vale ressaltar que essa variação só não foi mais expressiva porque os preços dos suínos vivos também apresentam comportamento de alta na maior parte do ano passado.



Para o cálculo da relação de equivalência insumo/produto, utiliza-se a média entre o preço para o produtor independente e produtor integrado do suíno vivo. No caso do milho, leva-se em consideração o preço de atacado do produto. Ambos os produtos têm como referência os preços da praça de Chapecó/SC. Valores não disponíveis para o mês de janeiro/2020.

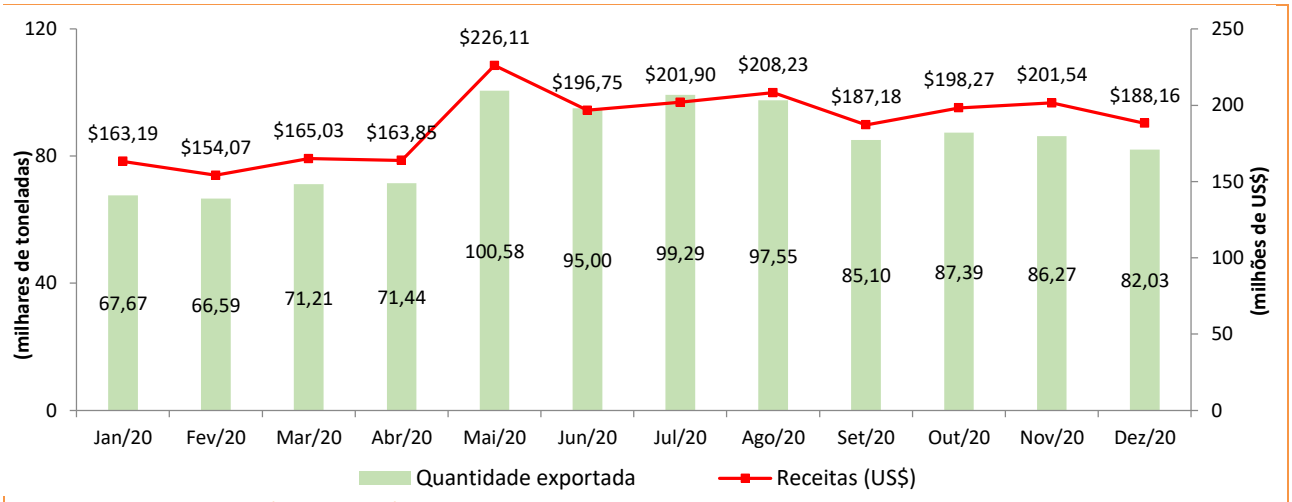
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2021.

Figura 5. Chapecó/SC: Quantidade necessária de suíno vivo para adquirir uma saca de milho (60kg)

Comércio exterior

Assim como já havia ocorrido em 2019, as exportações brasileiras de carne suína registraram excelentes resultados em 2020. Foram embarcadas **1,01 milhão de toneladas** de carne suína (*in natura*, industrializada e miúdos), alta de **35,5%** em relação ao ano anterior. Esse é o maior montante já exportado pelo Brasil desde 1997, quando tem início a série histórica disponibilizada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Secex/ME). O recorde anterior havia sido registrado em 2019. No caso das receitas, a alta foi ainda mais significativa e também registrou-se novo recorde: **US$2,25 bilhões**, **40,9%** acima de 2019.

Os crescimentos mais expressivos foram observados a partir de maio e se estenderam ao logo do 2º semestre (Figura 6). Em maio registrou-se o recorde histórico de exportações de carne suína num único mês, tanto em valor quanto em quantidade.



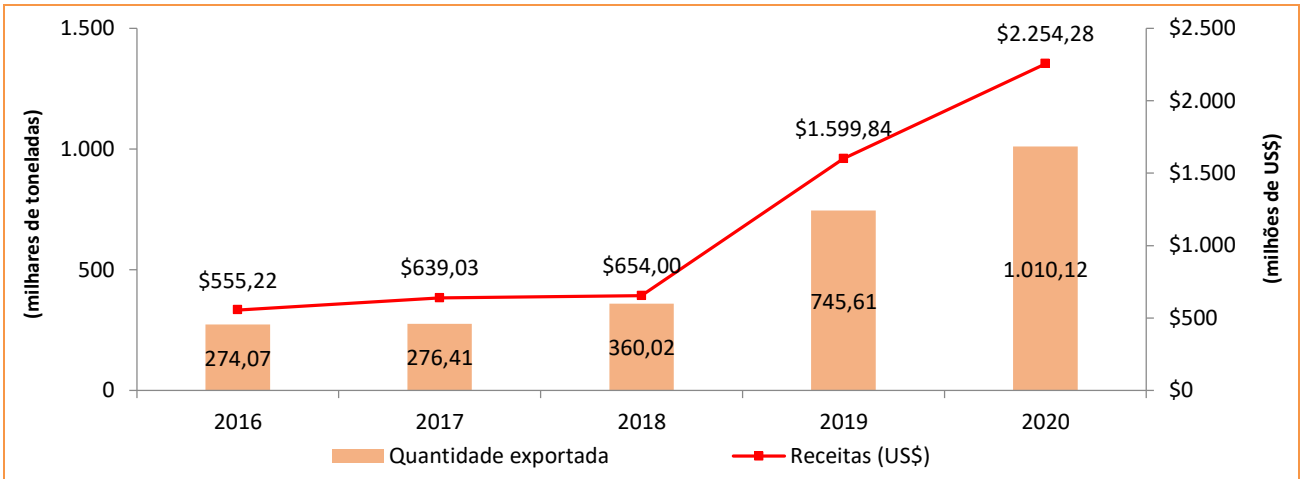
Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 6. Carne suína – Brasil: quantidade exportada e receitas – 2020

Esse forte crescimento das exportações deve-se, principalmente, ao significativo incremento nos embarques para a China, principal destino da carne suína brasileira. Desde agosto de 2018, a China enfrenta um severo surto de peste suína africana, doença que reduziu em quase 40% o rebanho suíno daquele país. Em 2020, o Brasil exportou 513,49 mil toneladas de carne suína para a China, gerando receitas de US$1,26 bilhão. Na comparação com o ano anterior, esses valores representam aumentos de 103,9% e 102,6%, respectivamente. China e Hong Kong (que é uma região administrativa especial da China) responderam por 69,7% das receitas brasileiras com exportações de carne suína no ano passado. Em 2019, a participação desses dois destinos era de 57,9%.

Por outro lado, 2020 também registrou queda de 99,7% nas exportações para a Rússia, país que já foi o principal destino da carne suína brasileira. Esse resultado é decorrente de um conjunto de políticas e ações do governo russo para garantir a autossuficiência desse produto.

As exportações catarinenses de carne suína também apresentaram crescimento significativo em 2020: foram embarcadas **523,39 mil toneladas**, aumento de **25,26%** em relação ao ano anterior. As receitas, por sua vez, apresentaram incremento ainda mais expressivo: **US$1,17 bilhão**, alta de **35,3%**. Tais resultados representam recordes históricos nas exportações de carne suína do estado, tanto em valor como em quantidade.

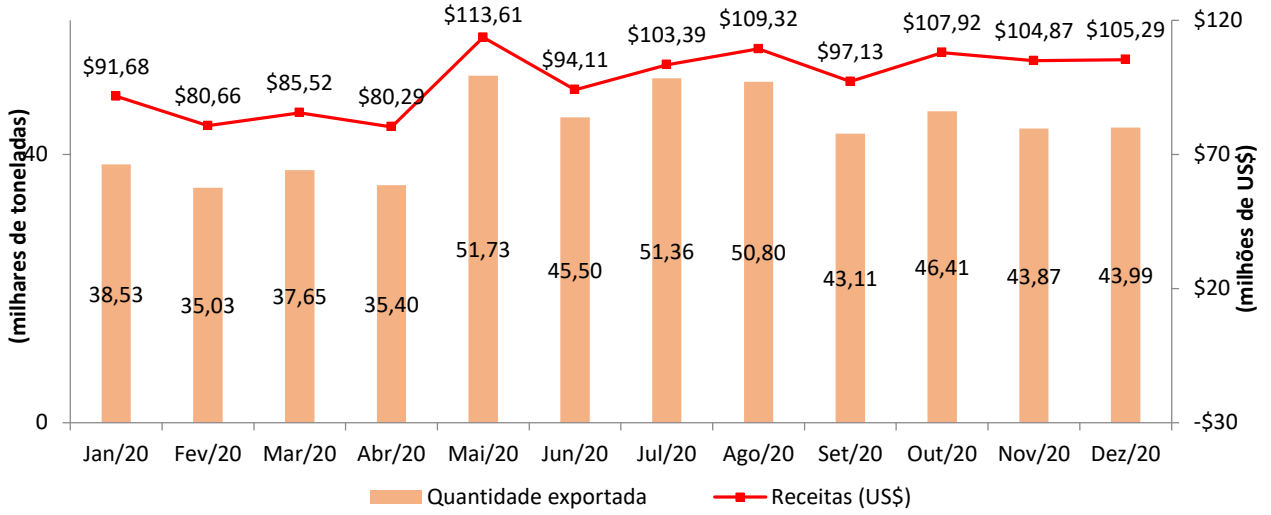


Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 7. Carne suína – Santa Catarina: quantidade exportada e receitas – 2016/2020

Santa Catarina foi responsável por **51,8%** da quantidade e **52,1%** das receitas brasileiras com exportação de carne suína em 2020.

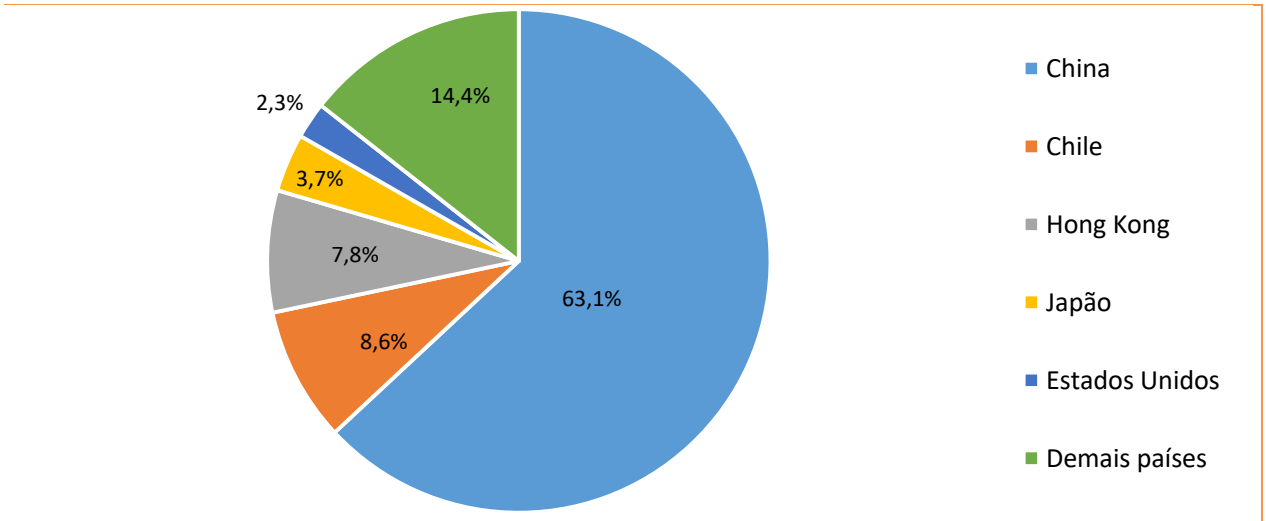
Assim como no cenário nacional, observou-se um crescimento mais expressivo dos embarques a partir de maio do ano passado, situação que se manteve ao longo do 2º semestre (Figura 8). Em maio registrou-se o recorde de exportações de carne suína de Santa Catarina num único mês, tanto em valor quanto em quantidade.



Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 8. Carne suína – Santa Catarina: quantidade exportada e receitas – 2020

Em 2020, Santa Catarina exportou carne suína para 68 países, mas os cinco principais destinos foram responsáveis por 78,7% dos embarques e 79,5% das receitas. China e Hong Kong responderam por 71,7% do valor das exportações catarinenses de carne suína no ano passado, o que demonstra a grande concentração do mercado externo desse produto.



Fonte: Comex Stat - Secex/ME, janeiro/2021.

Figura 9. Carne suína – Brasil: participação dos principais destinos no valor exportado em 2020

Os bons resultados de 2020 devem-se, principalmente, ao crescimento dos embarques para a China. Em relação a 2019, as exportações para a China cresceram 70,3% em quantidade e 76,3% em valor.

Também destacam-se as altas registradas nas exportações catarinenses para Japão (108,0% em quantidade

e 91,4% em valor) e Estados Unidos (57,4% e 27,1%). Esses dois países são conhecidos pelas rigorosas exigências para a importação de carne suína, o que demonstra a qualidade do produto catarinense e serve de referência para a conquista de novos mercados.

Perspectivas para 2021

Os impactos da peste suíns africana (PSA) na Ásia, continente responsável por cerca de 80% das exportações brasileiras de carne suína, devem continuar a influenciar as vendas do país no mercado internacional em 2021.

As projeções do Rabobank apontam que este ano deve registrar alta de 2,5% na produção suína do Brasil, enquanto as exportações devem crescer pelo menos 6,0% em volume. Em relação ao consumo doméstico, o banco prevê crescimento de 1,2%.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), por sua vez, estima que a produção brasileira de carne suína deve crescer entre 1,2% e 3,5% em 2021, com as exportações apresentando alta de 4,9% a 10,0%. Em relação ao mercado interno, a ABPA prevê estabilidade no consumo per capita em relação a 2020, podendo apresentar alta de até 2%, a depender do cenário econômico.

Outra instituição que prevê um cenário favorável em 2021 é o Centro de Estudos em Economia Aplicada (Cepea – Esalq/USP). Segundo o Cepea, a demanda externa por carne suína deve continuar firme, sustentada pelas compras chinesas, ao mesmo tempo que a procura interna deve ser favorecida pela possível retomada econômica. Contudo, os pesquisadores do Cepea chamam a atenção para os custos de produção, que devem continuar sendo um grande gargalo para o setor em 2021.

O processo de recomposição do rebanho suíno da China encontra-se em curso, mas os níveis de produção anteriores à epidemia de peste suína africana somente devem ser alcançados em 2023 ou 2024, segundo grande parte dos analistas. Por outro lado, no final de 2020 o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da China informou que, em novembro daquele ano, o rebanho de matrizes do país atingiu 90% dos níveis registrados antes da PSA, o que demonstra uma forte recuperação. A expectativa é de que até o final do 1º semestre deste ano o país chegue aos mesmos quantitativos de 2018, o que, em teoria, significaria uma recuperação plena da capacidade produtiva.

Em meados de janeiro deste ano, o Escritório Nacional de Estatísticas chinês divulgou que a produção de carne suína da China em 2020 foi de 41,13 milhões de toneladas, queda de 3,3% em relação ao ano anterior. Apesar da variação negativa, o resultado foi melhor do que o esperado, já que se projetava queda mais acentuada no ano passado (entre -5% e -10%).

As incertezas em relação à efetiva produção chinesa, juntamente com a elevação dos custos dos custos de produção, são os principais desafios que o setor suinícola deverá se deparar em 2021.

Leite

Tabajara Marcondes
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
tabajara@epagri.sc.gov.br

Produção de leite

Em março haverá a divulgação dos dados estaduais da Pesquisa Trimestral do Leite (PTL/IBGE), relativos à quantidade de leite adquirida pelas indústrias inspecionadas no último trimestre de 2020. Apenas após essa divulgação será possível conhecer o desempenho da produção leiteira nacional no ano de 2020. Sem descartar a possibilidade de um ou outro número mensal e/ou estadual do último trimestre surpreender, é improvável que o crescimento anual na quantidade de leite adquirida pelas indústrias seja muito diferente do 1,9% verificado até setembro (Tabela 1), mesmo que no âmbito dos estados as variações anuais mudem em relação às observadas até setembro (Tabela 2).

Tabela 1. Leite cru - Brasil: quantidade adquirida pelas indústrias inspecionadas – jan/2016 a set/2020.

Mês	Bilhão de litros					Var. %
	2016	2017	2018	2019	2020*	2019-20
Janeiro	2,072	2,101	2,161	2,207	2,260	2,4
Fevereiro	1,892	1,833	1,890	1,933	2,054	6,3
Março	1,898	1,928	1,968	2,055	2,097	2,0
Abril	1,749	1,812	1,873	1,911	1,954	2,3
Maio	1,742	1,907	1,734	1,975	1,940	-1,8
Junho	1,728	1,929	1,872	1,974	1,932	-2,1
Julho	1,897	2,058	2,036	2,075	2,119	2,1
Agosto	1,989	2,118	2,120	2,128	2,176	2,3
Setembro	1,963	2,103	2,100	2,081	2,152	3,4
Até setembro	**16,930**	**17,789**	**17,754**	**18,339**	**18,685**	**1,9**
Outubro	2,048	2,141	2,222	2,203		
Novembro	2,052	2,154	2,210	2,186		
Dezembro	2,140	2,250	2,271	2,283		
Total anual	**23,170**	**24,334**	**24,457**	**25,011**		

Nota: *2020 - Dados preliminares.
Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite, dezembro/2020.

Tabela 2. Leite cru - Brasil: quantidade adquirida pelas indústrias inspecionadas - 2018 a set/2020

UF	Anual (milhões de l)		Var. %	Até setembro (milhões de l)			Var. %
	2018	2019	2018-19	2018	2019	2020*	2019-20
MG	6.072	6.285	3,5	4.401	4.588	4.778	4,1
PR	3.092	3.308	7,0	2.249	2.443	2.543	4,1
RS	3.389	3.255	-4,0	2.489	2.424	2.355	-2,8
SC	**2.723**	**2.761**	**1,4**	**1.963**	**2.005**	**2.126**	**6,0**
SP	2.728	2.786	2,1	2.005	2.027	2.036	0,4
GO	2.526	2.636	4,4	1.803	1.926	1.841	-4,4
Outras	3.927	3.980	1,3	2.844	2.926	3.006	2,7
Brasil	**24.457**	**25.011**	**2,3**	**17.754**	**18.339**	**18.685**	**1,9**

Nota: *2020 - Dados preliminares.
Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite, dezembro/2020.

Assim, 2020 repetirá um crescimento de produção muito aquém dos alcançados entre os anos de 2000 e 2014, quando a quantidade de leite adquirida pelas indústrias frequentemente teve aumentos anuais que

variavam entre 5% e 10% e, circunstancialmente, até superiores a 10%.

Preços

Em 2020, os resultados das reuniões do Conseleite/SC alcançaram visibilidade bem mais significativa que em anos anteriores. Com isso, ainda que em vários meses as indústrias tenham remunerado os produtores sem seguir fielmente os parâmetros estabelecidos nas reuniões mensais do Conselho, é fato que houve um crescimento da importância dos preços de referência como balizadores das negociações entre produtores e indústrias (mesmo dos que não participam diretamente do Conselho) e que as reuniões mensais ajudaram muito no sentido de ampliar a transparência sobre o comportamento dos preços no mercado atacadista dos lácteos, reduzindo muitos problemas comuns quando não há essa transparência, sobretudo em anos de grandes flutuações de preços, como foi o caso de 2020 .

Nesse sentido, os preços de referência evidenciam 2020 foi um ano de variações muito expressivas nos preços dos lácteos. Os preços no mercado atacadista de lácteos estiveram baixos nos primeiros cinco meses, cresceram substancialmente de junho a setembro, decresceram em outubro e novembro e voltaram a se recuperar na primeira quinzena de dezembro. Essa recuperação dos preços dos lácteos na primeira quinzena de dezembro é a razão do preço projetado para o mês (R$1,7409/l) ter ficado ficou bem acima do preço final de novembro (R$1,6703/l). Em relação a esse crescimento dos preços dos lácteos e, consequentemente, do preço de referência projetado de dezembro, é oportuno destacar que, ainda na reunião, as indústrias adiantaram os preços não se sustentaram e que esperavam novas quedas de preços para o final do mês e, eventualmente, também para o início de 2021. Assim, na reunião deste mês de janeiro (dia 22), não só o preço final de dezembro deve ficar abaixo do que foi projetado na última reunião de 2020 (Tabela 3), como pode haver nova queda no preço projetado para janeiro.

Tabela 3. Leite padrão: Santa Catarina - preços de referência do Conseleite - 2018 a 2020

Mês	R$/litro na propriedade com Funrural incluso			Variação (%)	
	2018	2019	2020	2018-19	2019-20
Janeiro	0,9695	1,1659	1,2273	20,3	5,3
Fevereiro	1,0128	1,2309	1,2342	21,5	0,3
Março	1,0857	1,1957	1,2974	10,1	8,5
Abril	1,1295	1,2185	1,3192	7,9	8,3
Maio	1,1522	1,2535	1,3091	8,8	4,4
Junho	1,3454	1,2036	1,5176	-10,5	26,1
Julho	1,4050	1,1560	1,5588	-17,7	34,8
Agosto	1,2997	1,1918	1,7288	-8,3	45,1
Setembro	1,2582	1,1767	1,7994	-6,5	52,9
Outubro	1,2351	1,1516	1,7075	-6,8	48,3
Novembro	1,1358	1,1779	1,6703	3,7	41,8
Dezembro	1,1228	1,2227	1,7409	8,9	42,4
Média anual	**1,1793**	**1,1954**	**1,5092**	**1,4**	**26,3**

Nota: Dezembro/2020: Valor projetado. O valor definitivo será divulgado na reunião do dia 22 de janeiro.
Fonte: Conseleite/SC.

A exemplo do que mostram os dados do Conseleite/SC, os levantamentos da Epagri/Cepa não deixam dúvidas de que, na maioria dos meses de 2020, os preços recebidos pelos produtores foram bem superiores aos dos mesmos meses de 2019, sobretudo ao longo do segundo semestre (Tabela 4).

Esse crescimento dos preços médios não significa que a rentabilidade da produção leiteira seguiu o mesmo comportamento, já que o ano de 2020 foi marcado também pela sensível elevação nos preços de muitos

insumos utilizados na produção do leite, particularmente nos preços rações, pressionando os custos de produção do leite[7].

Tabela 4. Leite: Santa Catarina - preço médio (1) aos produtores – 2018 a 2020

Mês	R$/l posto na propriedade			Variação (%)	
	2018	2019	2020	2018-19	2019-20
Janeiro	0,94	1,09	1,22	16,0	11,9
Fevereiro	0,94	1,17	1,26	24,5	7,7
Março	0,96	1,25	1,29	30,2	3,2
Abril	1,01	1,27	1,28	25,7	0,8
Maio	1,09	1,32	1,19	21,1	-9,8
Junho	1,14	1,32	1,31	15,8	-0,8
Julho	1,30	1,23	1,50	-5,4	22,0
Agosto	1,35	1,19	1,66	-11,9	39,5
Setembro	1,31	1,21	1,87	-7,6	54,5
Outubro	1,28	1,21	1,95	-5,5	61,2
Novembro	1,24	1,19	1,92	-4,0	61,3
Dezembro	1,11	1,18	1,97	6,3	66,9
Média anual	**1,14**	**1,22**	**1,54**	**7,0**	**25,9**

(1) Preço médio mais comum, das principais regiões produtoras, no período de pagamento.
Fonte: Epagri/Cepa, janeiro/2020.

No caso de muitos produtores catarinenses, particularmente os do oeste do estado, houve também pressões de custos decorrentes também do longo período de estiagem que afetou a região, com perdas na qualidade e quantidade das pastagens perenes, perdas na qualidade e quantidade das pastagens anuais de inverno e de verão, perdas na produção e na qualidade das forragens conservadas, aumento da necessidade de alimentação para o rebanho proveniente de fora da propriedade, redução do ganho de peso e da produtividade dos animais, entre outros aspectos.

Balança comercial

Após alcançar o recorde dos anos recentes em 2016, as importações brasileiras de lácteos decresceram sucessivamente até 2019. Com os preços dos lácteos em patamares baixos no mercado interno e a desvalorização do real frente ao dólar nos primeiros meses, tudo indicava que 2020 seria mais um ano de decréscimo das importações. Isto de fato se confirmou por todo primeiro semestre, com as importações mensais sempre inferiores às dos mesmos meses de 2019. A partir de julho, contudo, com os preços dos lácteos em patamares mais elevados e tendência de novos aumentos no mercado interno, as importações aumentaram substancialmente e a quantidade importada no ano superou em 23,2% à de 2019. Assim, mesmo com o crescimento das exportações, o déficit da balança comercial brasileira de lácteos de 2020 foi o maior dos últimos quatro anos (Tabela 5).

A Argentina, o Uruguai e o Paraguai, parceiros brasileiros do Mercosul, foram as três principais origens das importações brasileiras de lácteos em 2020, respondendo por 94% da quantidade importada no ano (Tabela 6).

[7] Custos de produção dos últimos três anos podem ser consultados em https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/produtos/custos-de-producao/

Tabela 5. Lácteos – Brasil: Balança comercial – 2016-20

Ano	Importação		Exportação		Saldo	
	Milhão de kg	Milhão de US$	Milhão de kg	Milhão de US$	Milhão de kg	Milhão de US$
2016	242,6	641,1	52,6	160,6	-190,0	-480,5
2017	166,3	545,4	36,0	102,2	-130,3	-443,2
2018	149,8	468,2	22,2	55,0	-127,6	-413,2
2019	139,3	434,1	23,8	53,8	-115,5	-380,3
2020	171,6	531,6	28,9	62,8	-142,7	-468,8

FONTE: Comex Stat, janeiro/2021.

Tabela 10. Lácteos – Brasil: Importação segundo as principais origens – 2016-20

País	Milhão de kg					Var. 2019-20	Partic. 2020
	2016	2017	2018	2019	2020	(%)	(%)
Argentina	94,3	76,5	89,4	80,2	106,4	32,6	62,0
Uruguai	125,0	71,4	44,3	44,3	49,2	11,1	28,7
Paraguai	1,2	0,7	2,5	3,1	5,7	84,5	3,3
Estados Unidos	7,0	4,0	1,5	1,9	3,3	72,6	1,9
França	1,9	2,3	2,6	2,0	2,2	9,4	1,3
Nova Zelândia	3,9	3,2	2,8	4,1	1,5	-63,7	0,9
Subtotal	**233,3**	**158,0**	**143,1**	**135,5**	**168,2**	**24,1**	**98,0**
Outros	9,3	8,3	6,7	3,8	3,5	-8,2	2,0
Total	**242,6**	**166,3**	**149,8**	**139,3**	**171,6**	**23,2**	**100**

FONTE: Comex Stat, janeiro/2021.